



Homicídio no município do Rio de Janeiro: quem mata?

Rodrigo Soares de Assis Mariz

RIO DE JANEIRO

2019

Homicídio no município do Rio de Janeiro: quem mata?

Rodrigo Soares de Assis Mariz

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Violência e Saúde

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Cecília de Souza Minayo

Rio de Janeiro

2019

Rodrigo Soares de Assis Mariz

Homicídio no município do Rio de Janeiro: quem mata?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Violência e Saúde

Aprovado em: 27 de março de 2019

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Luciana Castaneda Ribeiro
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

Prof^a Dr^a Patrícia Constantino
ENSP/FIOCRUZ

Prof^a Dr^a Maria Cecília de Souza Minayo (Orientadora)
ENSP/FIOCRUZ

Rio de Janeiro
2019

Catálogo na fonte
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Biblioteca de Saúde Pública

M343h Mariz, Rodrigo Soares de Assis.
Homicídio no município do Rio de Janeiro: quem mata? / Rodrigo
Soares de Assis Mariz. -- 2019.
87 f.; il. color.; graf.; tab.

Orientadora: Maria Cecília de Souza ~~Minayo~~.
Dissertação (mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola
Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2019.

1. Homicídio. 2. Mortalidade. 3. Saúde Pública. 4. Violência.
5. Área Urbana. I. Título.

CDD – 23.ed. – 364.152098153

A violência não promove causas, nem a história nem a revolução, nem o progresso, nem a reação, mas pode servir para dramatizar reclamações trazendo-as à atenção do público.

Hannah Arendt

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Dra. Maria Cecília de Souza Minayo, pela oportunidade de partilhar seus conhecimentos, não só acadêmicos mas principalmente de vida, sempre ofertados com muito carinho, simplicidade, serenidade, enfim uma generosidade ímpar.

À minha família por todo apoio e por aceitar a restrição de tempo juntos durante o período de produção deste trabalho, minhas mudanças de humor e o cansaço permanente. Muito obrigado Marisa, Jorge, Danielle, Júlia, Maria Luíza e Giovana, vocês foram uma fonte de energia sem igual.

Ao amigo Thiago Dutra, muito mais que um colega de profissão, se tornou um irmão da vida, daqueles que escolhemos ter para sempre ao lado. E que talvez não tenha a exata compreensão do alcance da sua ajuda, seus conselhos e orientações sobre caminhos a seguir, e a mudança de vida que proporcionou à mim e à minha família, muito obrigado.

Aos professores e funcionários do Departamento de Estudos sobre à Violência e Saúde Jorge Careli, todos sempre profissionais, atenciosos e dedicados a proporcionar esse curso na melhor experiência possível para todos.

Às Doutoradas Patrícia Constantino e Luciana Castañeda pela generosidade de aceitarem o convite para participação em minha banca, sempre com colocações relevantes feitas de forma simples e encantadoras e que muito contribuíram para o amadurecimento deste trabalho.

Aos colegas de jornada deste curso, cada um com suas características, qualidades e perspectivas engrandecendo as discussões, incentivando a caminhada e impedindo que qualquer um ficasse pelo caminho, começamos juntos terminamos juntos.

À estatística Aline Andrade que muito me ajudou na parte estatística, e em outros aspectos da pesquisa, sempre incansável e cheia energia para interpretar e traduzir algumas ideias mais ousadas para o desenvolvimento desse trabalho, se revelando uma amiga fiel.

RESUMO

A pesquisa se propôs a descrever e analisar o perfil dos autores de mortes decorrentes de agressões intencionais por terceiros, no município do Rio de Janeiro, no ano de 2015, segundo os dados produzidos pelas investigações da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. As informações obtidas compõem a macrocategoria Letalidades Violentas e são divididas em Homicídios Dolosos, Roubo seguidos de Morte (Latrocínios), Lesões Corporais seguidas de Morte e Homicídios Provenientes de Oposição à Intervenção Policial. Após a coleta dos dados, realizaram-se as análises do perfil dos autores de cada uma dessas categorias separadamente e também em conjunto, por meio das variáveis sexo, idade, escolaridade, ocupação, existência de relação prévia entre autor e vítima, e o tipo de agressão ou circunstância de causa dessa agressão. Foi realizada uma pesquisa de caráter quantitativo observacional do tipo transversal. Os dados foram colhidos mediante pesquisa no banco de dados ROWEB/PCERJ e leitura de todos os Registros de Ocorrências abrangidos pelo recorte desta pesquisa. Esses dados demonstraram o peso das atividades ilegais organizadas como tráfico de drogas e as realizadas por milícia na produção dessas mortes. Elas são, em parte, causadas diretamente pela sua atuação como forma de coerção e legitimação de controle, como também em virtude da repressão por parte do Estado por meio das instituições de segurança que também é uma relevante produtora de mortes. Igualmente, a convivência em espaços socialmente degradados e carentes de acesso à serviços públicos não policiais e o espaço doméstico apresentaram-se como produtores de violência interpessoal em suas diversas formas, tendo como desdobramento extremo a morte. Há um elevado grau de proximidade entre o perfil dos autores verificados neste trabalho e as vítimas de homicídios em contexto urbano similar ao pesquisado. Tendo sido demonstrado um perfil de autores homens, jovens, negros, com baixa escolaridade e altos níveis de não ocupação formal regular, muitas vezes inseridos em um ambiente degradado socialmente, carente de novas perspectivas e com a forte influência de atividades produtivas ilegais como tráfico de drogas e milícia, ambiente este que contribuiu relevantemente para situações de homicídios.

Palavras-chave: Saúde Pública; Violência; Letalidade Violenta; Homicídios; Autores e Espaço Urbano.

ABSTRACT

The research aimed to describe and analyze the profile of perpetrators of intentional aggression by third parties, in the city of Rio de Janeiro, in the year 2015, according to the data produced by the investigations of the Civil Police of the State of Rio de Janeiro, As information obtained compose the macrocategory Violent Lethalities and are divided into Dolicious Homicide, Robbery followed by Death (Latrocínios), Bodily Injuries followed by Death and Homicide from Opposition to Police Intervention. After the data collection, analyzes of the profile of the authors of each of these categories were performed separately and also together, by means of the variables gender, age, schooling, occupation, previous relationship between author and victim, and type of aggression or circumstance of cause of that aggression. A cross-sectional quantitative observational study was performed. Data were collected by searching the ROWEB / PCERJ database and reading all Occurrence Records covered by this research. These data demonstrated the weight of illegal activities organized as drug trafficking and those carried out by militia in the production of these deaths. They are, in part, directly caused by their actions as a form of coercion and legitimation of control, as well as by repression by the State through security institutions that are also a relevant producer of deaths. Likewise, coexistence in socially degraded spaces and lacking access to non-police public services and the domestic space presented themselves as producers of interpersonal violence in its various forms, with extreme consequences as a result of death. There is a degree of proximity between the profile of the authors verified in this work and the victims of homicides in urban context similar to the one researched. A profile of male, young, black, low education, and high levels of regular formal non-occupation, often inserted in a socially depleted environment, lacking in new perspectives, and with the strong influence of illegal productive activities such as drugs and militia, an environment that contributes significantly to homicide situations.

Keywords: Public Health; Violence; Violent Lethality; Homicide; Authors and Urban Space.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: N° de casos de Letalidade Violenta no município do Rio de Janeiro em 2015;

Figura 1 – Imagem da tela de pesquisa da base ROWEB – Tela inicial;

Figura 2 – Imagem da tela de pesquisa da base ROWEB – Período da Pesquisa;

Figura 3 – Imagem da tela de pesquisa da base ROWEB – Filtro Tipo de Crime;

Figura 4 – Imagem da tela de pesquisa da base ROWEB – Crimes contra a Vida;

Figura 5 – Imagem da tela de pesquisa da base ROWEB – Crimes contra a integridade física;

Figura 6 – Imagem da tela de pesquisa da base ROWEB – Crimes contra o patrimônio;

Figura 7 – Imagem da tela de pesquisa da base ROWEB – Crime Homicídio;

Figura 8 – Imagem da tela de pesquisa da base ROWEB – Qualificação – Autor;

Figura 9 – Imagem da tela de pesquisa da base ROWEB – Qualificação – Id civil confirmada;

Figura 10 – Imagem da tela do ROWEB – Resultado;

Figura 11 – Imagem da base ROWEB – Resultado dos dados do qualificado;

Gráfico 2: N° de casos de Homicídios Dolosos em 2015 Segundo a Faixa Etária dos Autores;

Gráfico 3: N° de casos de Homicídios Dolosos em 2015 Segundo tipo;

Gráfico 4: N° de casos de Homicídios Dolosos em 2015 Segundo a Escolaridade;

Gráfico 5: Autores por Faixa Etária de Homicídios Dolosos, Latrocínios e Lesões Corporais Seguidas de Morte;

Gráfico 6: Autores por Escolaridade de Homicídios Dolosos, Latrocínios e Lesões Corporais Seguidas de Morte;

Gráfico 7: Números de Autores e Vítimas de Homicídios Dolosos, Latrocínios e Lesões Corporais Seguidas de Morte – Razão de Chance de Ocorrer;

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição Conjunta de Frequência das Variáveis Crime e Relação Prévia;

Tabela 2: Distribuição Conjunta de Frequência Relativa da Variável Relação Prévia em Relação ao Total das Letalidades Violentas Sem os Homicídios Provenientes de Oposição à Intervenção Policial;

Tabela 3: Distribuição de Frequência das Variáveis Sexo e Média de Idade;

Tabela 4: N° de casos de Latrocínios em 2015 Segundo a Faixa Etária dos Autores;

Tabela 5: N° de Casos de Latrocínios em 2015 Segundo a Cor dos Autores;

Tabela 6: N° de Latrocínios em 2015 Segundo a Escolaridade dos Autores;

Tabela 7: N° de Latrocínios em 2015 Segundo a Ocupação dos Autores;

Tabela 8: N° de Latrocínios em 2015 Segundo a Relação Prévia entre Autor e Vítima;

Tabela 9: N° de casos de Homicídios Dolosos em 2015 Segundo Sexo;

Tabela 10: N° de casos de Homicídios Dolosos em 2015 Segundo a Faixa Etária dos Autores;

Tabela 11: N° de casos de Homicídios Dolosos em 2015 Segundo a Cor dos Autores;

Tabela 12: N° de casos de Homicídios Dolosos em 2015 Segundo a Relação Prévia;

Tabela 13: N° de casos de Homicídios Dolosos em 2015 Segundo a Ocupação;

Tabela 14: Quantidade de Autores por Lotação;

Tabela 15: Faixa Etária dos Autores de Homicídios Dolosos, Latrocínio e Lesão Corporal Seguida de Morte;

Tabela 16: Quantidade por Ocupação dos Autores de Homicídios Dolosos, Latrocínio e Lesão Corporal;

Tabela 17: Média de Autores por Vítima de Homicídios Dolosos, Latrocínios e Roubos Seguidos de Morte;

Tabela 18: Quantidade de Registros Homicídios Dolosos, Latrocínio e Lesão Corporal Seguida de Morte, por tipo de agressão;

Tabela 19: Quantidade Autores de Homicídio por Arma de Fogo – Tipo de Relação;

Tabela 20: Quantidade por Tipo de Relação Prévia entre Vítima e Autor – sem os Homicídios por Arma de Fogo e sem os Homicídios – Outros;

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ENSP:** Escola Nacional de Saúde Pública
- PCERJ:** Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro
- SESEG:** Secretaria de Segurança – RJ
- OMS:** Organização Mundial de Saúde
- ISP/RJ:** Instituto de Segurança Pública/RJ
- RO:** Registro de Ocorrência
- TOC:** Transnational Organized Crime
- IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- SCO:** Sistema de Controle Operacional
- MLG:** Modelo Linear Generalizado
- CEP:** Comitê de Ética em Pesquisa
- CONEP:** Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
- PMERJ:** Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
- BOPE:** Batalhão Operações Policiais Especiais
- CORE:** Coordenadoria de Recursos Especiais
- BAC:** Batalhão de Ações com Cães
- DPMA:** Delegacia de Polícia de Meio Ambiente
- BPGE:** Batalhão de Polícia de Grandes Eventos
- BPM:** Batalhão de Polícia Militar
- UPP:** Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 2 | PERSPECTIVAS TEÓRICAS..... | 17 |
| 3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 28 |
| 3.1 | Desenho do estudo..... | 29 |
| 3.2 | Coleta de dados..... | 32 |
| 3.3 | Análise de Dados..... | 38 |
| 3.3.1 | Análises bidimensionais..... | 39 |
| 3.3.2 | Modelos lineares generalizados..... | 41 |
| 3.3.3 | Regressão logística..... | 42 |
| 3.4 | Aspectos éticos..... | 42 |
| 4 | RESULTADOS..... | 44 |
| 4.1 | Lesão corporal seguidas de morte..... | 44 |
| 4.2 | Roubo seguido de morte – Latrocínio..... | 47 |
| 4.3 | Homicídio Doloso..... | 50 |
| 4.4 | Homicídio Proveniente de Oposição à Intervenção Policial..... | 58 |
| 5 | ANÁLISE DE RESULTADOS..... | 64 |
| 5.1 | Sexo..... | 64 |
| 5.2 | Cor..... | 64 |
| 5.3 | Faixa etária..... | 65 |
| 5.4 | Escolaridade..... | 66 |
| 5.5 | Ocupação..... | 68 |
| 5.6 | Tipos de agressão..... | 71 |
| 5.7 | Relacionamento prévio e tipo de relação..... | 73 |
| 5.7.1 | Homicídio por arma de fogo – Tipo de Relação..... | 74 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 78 |
| 7 | BIBLIOGRAFIA..... | 83 |

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa, etapa para conclusão do curso de Mestrado em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP da Fundação Oswaldo Cruz e surgiu do interesse em estudar o tema da violência e, mais especificamente, das mortes intencionais no município do Rio de Janeiro. A motivação para tal originou-se de dois aspectos principais: o primeiro é a minha profissão, pois, por ser Agente Policial Civil, ocupando o cargo de Investigador Policial, tenho sempre refletido sobre questões atinentes ao desenvolvimento da atividade policial em geral e à minha especificamente, chamando-me a atenção o excessivo número de óbitos em decorrência de homicídios intencionais no município do Rio de Janeiro. Em segundo lugar, não por critério de importância, mas como consequência da minha atividade profissional, tive despertada a percepção de que a violência que resulta em morte é um dos problemas mais graves com o qual a sociedade carioca lida, particularmente porque ela ceifa vidas – em todas as classes sociais e faixas etárias, nas mais diversas formas –, principalmente e de maneira preocupante, as de jovens que potencialmente seriam os construtores do futuro.

Antes de falar sobre a classificação de homicídio no âmbito policial, é fundamental destacar o impacto da violência sobre a saúde da população, uma vez que esta é uma pesquisa na área de saúde pública.

A violência, devido ao seu enorme crescimento a partir dos anos 1980, emerge como um motivo de preocupação para diversos segmentos da sociedade, alcançando inevitavelmente a área da saúde, que passa gradativamente a concentrar esforços para entender e desenvolver políticas públicas que contribuam para a mudança desse quadro. Esse esforço, feito inclusive pelos pesquisadores brasileiros, ganhou um apoio fundamental com a elaboração do Relatório Mundial sobre Violência e Saúde pela Organização Mundial de Saúde em 2002 (OMS, 2002). Nesse documento, ficou de fora a questão dos acidentes que integram a categoria “Causas Externas”, pela ausência ou dificuldade de se estabelecer intencionalidade. A necessidade desse olhar prioritário para a violência está fundamentada em Minayo (2006):

O setor saúde constitui a encruzilhada para onde convergem todos os corolários da violência, pela pressão que exercem suas vítimas sobre os serviços de urgência, atenção especializada, reabilitação física, psicológica e assistência social. (MINAYO, 2006. p.1261)

O termo violência permite diversas conceituações sendo de difícil delimitação, como muito bem descreve Minayo (2009):

*A violência é uma questão social que ocorre nas inter-relações humanas e nas suas criações (Estado, organizações sociais, instituições, etc.), constituindo, portanto, objeto de estudo e de interpretações por parte da filosofia, da história, das ciências políticas, do direito, entre outros. É difícil definir a violência. No entanto, os muitos estudos hoje existentes permitem mapeá-la como um fenômeno humano, social e histórico que se traduz em atos realizados, individual ou institucionalmente, por pessoas, famílias, grupos, classes e nações, visando prejudicar, ferir, mutilar ou matar o outro, física, psicológica e até espiritualmente. No conceito de violência está incluída a ideia da omissão, que aceita e naturaliza maus tratos ao *outro* individual ou coletivo. A violência, além de provocar forte impacto sobre as taxas de morbimortalidade, apresenta importantes repercussões econômicas para a área de saúde pública (BRASIL, 2001), para as famílias e para a sociedade em geral. (MINAYO, 2009, p. 135)*

Neste trabalho, o homicídio e seus autores constituem o objeto central, em virtude da relevância que a violência adquiriu no cenário social brasileiro e porque ele constitui o evento mais grave na categorização da violência. Por isso mesmo, ele se tornou um indicador universal da violência. Neste estudo, seu sentido estará restrito às agressões realizadas por um agente contra outras pessoas, nos mais diversos contextos e motivações possíveis que culminem com a morte do agredido, dando possibilidade de serem classificadas como homicídios intencionais e ensejarem um procedimento de investigação da polícia civil para definir os autores e as circunstâncias de ocorrência do fato.

É claro, como demonstrado em diversos trabalhos já existentes, como Souza (2005), Souza & Lima (2006), Paulilo & Bello (2010), Cerqueira (2016), entre tantos outros, que determinados segmentos da sociedade estão mais expostos ao risco de serem vitimados nesses eventos intencionais fatais. Também é notório que, seja pelas mais diversas circunstâncias possíveis causadoras de ações com desfecho morte – passionais, patrimoniais, de ódio, entre outras – todos os membros de uma sociedade, pelo menos em dado momento, por mais restrito que seja, estão sujeitos a se tornarem vítimas. Diante desses argumentos, entender essas mortes se torna fundamental.

Quando se fala em morte intencional provocada por terceiros deve-se desconsiderar os homicídios culposos¹, nos quais o autor não tem a intenção de matar, nem assume os riscos por esse tipo de resultado. Podem ser lembradas, como exemplos clássicos, as mortes decorrentes de acidentes de trânsito, desconsiderando, claro, as que, por algum aspecto da conduta do causador, possam ser avaliadas em sua intencionalidade pela autoridade policial. Este é o caso de mortes provocadas por consumo de álcool aliado à direção que, muitas vezes, são classificadas como homicídios dolosos, tendo um rito processual e previsão de penas próprios.

O Instituto de Segurança Pública (ISP/RJ)² – autarquia estadual que tem como missões legalmente previstas: “Produzir informações e disseminar pesquisas e análises com vistas a subsidiar a implementação de políticas públicas de segurança e assegurar a participação social na construção dessas políticas” e, dentre essas missões, a produção de informações – se materializa de maneira mais patente no cotidiano das atividades do sistema de segurança pública fluminense, através da publicação e difusão dos popularmente chamados Indicadores Criminais, que são gerados através do Sistema Integrado de Metas, um banco de dados alimentado pelos Registro de Ocorrências (RO)³ confeccionados pela PCERJ das condutas sociais ilegais e anteriormente tipificadas como crimes.

No caso específico do objeto de estudo deste trabalho, o interesse se volta para as condutas classificadas pelas Autoridades Policiais como resultantes em mortes decorrentes de ação intencional⁴ de outro indivíduo, denominadas Letalidades Violentas, ocorridas no perímetro do município do Rio de Janeiro, no decorrer de todo o ano de 2015. Nessa classificação, que pode ser chamada de Macrocategoria, estão condensadas quatro categorias menores: Roubo Seguido de Morte – Latrocínio; Homicídio Proveniente de Oposição à Intervenção Policial; Lesão Corporal Seguida de Morte e Homicídio Doloso. Observando-se cada uma destas categorias, temos o seguinte cenário:

¹ Também chamado de Homicídio Involuntário, ocorre quando uma pessoa mata outra sem ter essa intenção, e sem assumir esse risco, normalmente ocorre por negligência, imprudência ou imperícia.

² Órgão criado em 1999, através da Lei Estadual nº 3.329, de 28 de dezembro de 1999, vinculado à Secretaria de Estado de Segurança.

³ Documento confeccionado em Unidade de Polícia Judiciária Estadual no Rio de Janeiro, acerca de condutas que possam constituir crime, e que serão posteriormente avaliadas pela Autoridade Policial (Delegado de Polícia) para prosseguimento ou não.

⁴ Agressão física.

a - Latrocínio ou Roubo Seguido de Morte: é a ação de matar alguém para assegurar o sucesso do crime de roubo; está inserida como crime patrimonial e recebe tratamento jurídico diverso das demais classificações, tendo, de maneira geral, dinâmica processual mais célere e punição, em caso de comprovação de culpa por parte do autor, mais extensa do que dos demais casos;

b - Homicídio Proveniente de Oposição à Intervenção Policial ou, como é mais conhecido, Auto de Resistência, em que a vítima resiste ao cumprimento de ordens legais emanadas por agentes de segurança pública, pondo em risco a integridade física do agente ou de terceiros. Nesse caso, para exaurir a ameaça do opositor, o agente provoca a sua morte. Quando atendidos os requisitos legais previstos, há a excludente de ilicitude⁵ e a ausência de punição ao autor dessa morte; em caso contrário, passa a ser classificado como homicídio doloso, seguindo seu rito legal próprio;

c - Lesão Corporal Seguida de Morte é a conduta em que o autor, sem ter a intenção inicial de causar a morte da vítima, pratica uma agressão física, com a manifesta intenção de ferir, provocando, de maneira alheia à sua vontade, a morte do agredido, normalmente em momento posterior ao evento conflituoso;

d - Homicídio Doloso é a conduta em que o autor enseja causar a morte da vítima, mas em “circunstância de causa”⁶ diversa das três anteriores, tendo, em virtude disso, rito processual próprio distinto dos demais, como será demonstrado.

⁵ Requisitos legais previstos para validar como legal uma conduta passível de criminalização.

⁶ Situação de autor e vítima anteriormente à ocorrência do homicídio, e que desencadeia o desfecho objeto deste trabalho.

2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS

O presente trabalho teve como referencial teórico inicial a perspectiva da obra de Foucault e sua compreensão sobre as dinâmicas de poder presentes permanentemente no decorrer do desempenho das relações sociais cotidianas. Ao longo do trabalho, o consequente aprofundamento desta perspectiva será complementado por outros autores como Minayo, Kant de Lima, Misse, Cerqueira e Dirk, dentre outros.

Para Foucault (1998), poder e conhecimento servem como mecanismo de controle social através das instituições sociais. Pode-se pensar que o sistema de justiça criminal e segurança pública constituem a face visível mais ostensiva de atuação do Estado em relação ao povo, apesar de dever ser a expressão das demandas e desejos da coletividade. Em sociedades altamente hierarquizadas, como a brasileira, ocorre o direcionamento das políticas públicas em geral, e não só as de segurança pública, que são gestadas atendendo aos interesses das classes ocupantes dos estratos superiores, com o intuito precípua de manutenção das estruturas vigentes. A Polícia, como membro desse sistema e com legitimidade para tanto, organiza suas ações e, conseqüentemente, suas prioridades, causando uma hierarquização dos problemas e questões a serem enfrentados no cotidiano de suas atividades, sinalizando o que é permitido, tolerado e o que é inadmissível acerca das condutas sociais, estabelecendo não só o que vai ser punido, como também a intensidade dessa punição.

A seletividade punitiva, inevitavelmente, direciona-se a atender aos interesses específicos de determinados grupos hegemônicos, os quais delineiam as diretrizes e impõem quem deve ou como deve ser punido. Para Foucault (2009), o poder só atua sobre sujeitos livres, que tenham, ainda que restrita e imperceptivelmente, a escolha de estarem submetidos à determinada ordem e controle. Existe uma difusão grande de propaganda acerca de determinadas práticas e determinadas condutas como instrumentos de balizamento social.

O poder não se exerce senão sobre “sujeitos livres” e enquanto são “livres” – entendamos sujeitos individuais e coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades no qual muitas condutas, muitas reações e diversos modos de comportamento podem ter lugar. (FOUCAULT, 2003, p. 77)

Observando-se o panorama atual no Rio de Janeiro no tocante à violência criminal, constata-se uma divulgação massiva de casos envolvendo crimes de caráter

patrimonial, como roubo de cargas, de veículos, a estabelecimentos comerciais e financeiros em geral, o que obviamente é um fato alarmante. No entanto, a ênfase nesses tipos de crimes empalidece o espaço que poderia ser ocupado para divulgação de mortes de pessoas, principalmente de baixa condição social. Muitas vezes, esses fatos não alcançam a repercussão que uma morte violenta deveria alcançar, passando despercebidos para a sociedade, somente reverberando entre parentes e pessoas mais próximas de seu vínculo social. Esse olhar que privilegia determinados crimes sobre outros ocorre, inclusive, no corpo dos códigos e normas legais vigentes, numa clara demonstração do interesse do legislador em garantir o atendimento dos anseios das classes dominantes, que não coincidentemente, são os grupos que detém o controle sobre o capital, tornando-se compreensível a maior atenção dispensada aos crimes patrimoniais, em detrimento muitas vezes dos crimes contra a vida e à integridade física. Abaixo será demonstrada a distinção de classificação e de punição prevista entre os crimes de homicídio (matar alguém), de latrocínio (roubo seguido de morte) e de lesão corporal seguida de morte, previstos no Código Penal.

A priorização da classificação da conduta criminal pela circunstância em que se deu o fato, em detrimento da possível classificação pelo desfecho do conflito – no caso deste estudo, a morte do agredido – causa distinção, inclusive, na forma de agrupar esses crimes no código penal e, conseqüentemente, fazer a dosimetria da pena dentro do previsto em lei. Vejamos como este ponto é apresentado no Código Penal:

CRIMES CONTRA A VIDA

HOMICÍDIO

Art. 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

ROUBO

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

(...)

§ 3º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de sete a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa.

CRIMES CONTRA A INTEGRIDADE FÍSICA

LESÃO CORPORAL

Art. 129 – Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

(...)

Lesão corporal seguida de morte

§ 3º Se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo:

Pena – reclusão de quatro a doze anos.

Ou seja, de acordo, com os fragmentos legais apresentados uma agressão praticada contra terceiro com o mesmo resultado morte recebe três punições distintas: A menor, entre quatro e 12 anos se decorre de uma ação em que o agente não queria esse resultado nem assumiu o risco; compreensível que seja menor, agora uma conduta prevista no rol dos crimes patrimoniais (roubo seguido de morte) tem pena prevista de 20 à 30, como forma de demonstrar a sociedade a intolerância com condutas ligadas ao delito de roubo, enquanto uma agressão com o mesmo desfecho (morte) se não estiver vinculada a um crime patrimonial recebe tratamento punitivo de seis à 12 anos, pois segundo os códigos é um crime contra a vida.

Demonstrar esse aspecto não é uma crítica à legislação ou ao tratamento legal previsto e efetivamente empregado em relação crimes acima descritos; é, apenas, uma necessidade de melhorar a percepção e a compreensão sobre os resultados classificatórios e investigados – colhidos com base no trabalho da PCERJ no tocante aos homicídios no município do Rio de Janeiro no ano de 2015 e que e serão expostos nessa pesquisa – entendendo o quanto estão direta e inevitavelmente vinculados a essa forma classificatória legal.

Kant de Lima (2010, p. 27), especificamente sobre à contradição entre o tratamento legal referente ao homicídio e ao roubo seguido de morte, descreve uma marca característica de um país capitalista estruturado sob alicerces hierarquizantes, onde as oligarquias não se demonstram dispostas a fazer concessões acerca do controle do poder, como o Brasil:

Por que o *homicídio*, categoria de registro criminal das mais confiáveis, significando um crime intencional contra a vida humana, recebe duas classificações no Código Penal (Brasil, 2001), que

conduzem a dois procedimentos penais distintos? Uma, a do artigo 121, leva os acusados de *homicídio* ao Tribunal do Júri; a outra, a do art. 157, parágrafo 3, leva os acusados de *latrocínio* ao julgamento pelo juiz singular. A resposta mais aparente é a de que, os procedimentos processuais penais variam em função das intenções das pessoas envolvidas, e não de acordo com os resultados de suas ações. Pode-se também inferir que, em certos casos, quando o crime se verifica entre pessoas, a classificação é de *homicídio*, registrado em primeiro lugar na parte do Código Penal que define os *crimes contra a pessoa*, mesmo quando relacionado a outros crimes (inciso V). Quando se verifica entre proprietários e seus expropriadores, classifica-se como *latrocínio*, crime contra o patrimônio, segundo o Código Penal (Brasil, 2001). (KANT DE LIMA, 2010, p. 27)

Foucault, em diversos momentos de sua obra, aborda a questão da punição como instrumento de difusão e delineamento de condutas sociais, as quais vão sendo moldadas gradativamente ao longo do processo histórico. É o caso do delineamento e da consequente valoração hierárquica dos comportamentos dos indivíduos, estabelecendo-se, dessa forma, um parâmetro de reprobabilidade aos comportamentos. Mediante o grau avaliativo, estabelece-se uma punição a conduta considerada como inadequada em um determinado momento histórico. Em virtude, e como consequência dessa estrutura dinâmica de conduta-punição, o Estado utiliza-se do chamado “regime disciplinar” como técnica de coerção e emolduramento do comportamento dos indivíduos sob sua tutela.

A utilização da expressão conduta-punição sem a inclusão do aspecto culpa pode ocorrer, segundo Foucault (1987), pela importância dada à capacidade de verificação e comprovação da culpa em relação à conduta de determinados indivíduos. Ela varia de acordo com sua identidade social.

A culpa não começava uma vez reunida todas as provas: peça por peça, ela era constituída por cada um dos elementos que permitiam reconhecer um culpado. Assim, uma meia-prova não deixava inocente o suspeito enquanto não fosse completada: fazia dele um meio-culpado. (FOUCAULT, 1987, p. 37).

Com vistas ao desenvolvimento desse enfoque, pode-se ampliar o olhar científico e trazer ao trabalho a perspectiva antropológica para a questão acima descrita. Kant de Lima (1989) faz referência ao termo “armação processual” para descrever uma forma de atuação das atividades investigativas das instituições de polícia judiciárias brasileiras. Nessa conduta primeiro se define com base em conceitos prévios, normalmente empíricos, o perfil do potencial delinquente. Assim, ele é identificado e

posteriormente comprova-se e direciona-se a investigação para respaldar a responsabilização.

Apesar de consideradas como "desvios de conduta", atribuídos a funcionários inescrupulosos, as "armações do processo" estão institucionalizadas nas práticas policiais. Em pesquisa de campo realizada, identificaram-se certas recorrências que apontam para a consistência de tais procedimentos como modalidade de produção de verdade de eficácia comprovada. Igualmente, a regulação da tortura de acordo com a gravidade da denúncia ou queixa e conforme a posição social dos envolvidos; a permissão da participação dos advogados nos inquéritos, também de acordo com as diferentes posições que estes especialistas ocupam nos quadros profissionais; o registro — ou não — das ocorrências levadas ao conhecimento da polícia; a qualificação e tipificação — ou não — das infrações e crimes registrados e a abertura de investigações preliminares, que levam, ou não, à abertura do inquérito policial, são algumas das práticas recorrentes no subsistema policial. Todas caracterizam práticas policiais movidas por interesses particularistas e, sem dúvida, estão institucionalizadas. Confirmando a tradição inquisitorial que o define juridicamente, o inquérito policial tramita em um cartório policial, alocado às delegacias de polícia civil, ou judiciária, onde os depoimentos e confissões são registrados por escrito nos autos do inquérito, ficando, posteriormente, entranhados nos autos do processo judicial, pois não há interrupção da numeração sequencial de suas páginas. Portanto, essas declarações podem servir para o "livre convencimento" do juiz. (KANT DE LIMA, 1989;1995). (KANT DE LIMA, 2001, p.46)

É muito importante, também, a perspectiva sociológica de Misse (1999) em relação à questão da sujeição criminal. O autor fala de determinados pressupostos identificadores de indivíduos criminosos, dos parâmetros de previsão e confirmação de condutas, algo como o fez Lombroso no século XIX com sua antropometria criminal. No entanto, Misse, muito apropriadamente, não se restringe a aspectos físicos da descrição desses indivíduos: a eles acrescenta parâmetros sociais e comportamentais.

É como se alguns fatores sociais se alimentassem reciprocamente em algo como uma causação circular acumulativa, gerando, de um lado, acumulação de desvantagens para um segmento da população e, de outro, estratégias aquisitivas partilhadas tanto por agentes criminais quanto por agentes encarregados de reprimi-los, de um modo que ganhou diferentes graus de legitimação em importantes camadas da sociedade mais abrangente. Além da associação entre acumulação de desvantagens e incriminação preventiva de certos "tipos sociais", desenvolveu-se um persistente processo de "sujeição criminal" de uma parcela de agentes de práticas criminais. Tal dinâmica terminou por constituir algo como uma "cultura" associada a esses sujeitos. (MISSE, 1999, p. 18)

A violência diretamente vinculada à criminalidade no Brasil foi evoluindo, principalmente a partir da década de 1980, com acirramento dos conflitos e a

consequente intensificação de suas resoluções através das agressões físicas, aspectos em muito favorecidos pela facilitação do acesso a armas de fogo por determinadas parcelas da população, muitas vezes vinculadas às atividades econômicas ilegais, tornando a violência um problema social. Em relação a esse endosso, Beato (1999, p. 13) ressalta como a questão está presente permanentemente no cotidiano coletivo, seja de forma direta ou difusa, causando transtornos, desgastes e custos a toda a população:

Poucos problemas sociais mobilizam tanto a opinião pública como a criminalidade e a violência. Não é para menos. Este é um daqueles problemas que afeta toda a população, independentemente de classe, raça, credo religioso, sexo ou estado civil. São consequências que se refletem tanto no imaginário cotidiano das pessoas como nas cifras extraordinárias representadas pelos custos diretos da criminalidade violenta. Receosas de serem vítimas de violência, elas adotam precauções e comportamentos defensivos na forma de seguros, sistemas de segurança eletrônicos, cães de guarda, segurança privada, grades e muros altos, alarmes, etc. (BEATO, 1999, p. 13)

A abordagem trazida por Minayo (2006) para a questão da violência foi fundamental para ajudar a se construir uma percepção do conceito, entendendo seus tipos, formas e classificações, assim como para a investigação científica dos casos de morte por homicídio, uma vez que esse evento é o indicador de violência mais universal no tempo (história) e no espaço (na formação social). Trabalhar com os dados sobre homicídio é, de certa forma, medir a temperatura da sociedade sobre sua situação de igualdade, de respeito aos direitos humanos e de inclusão social. Minayo (2006), ao tratar da violência e da dimensão que o homicídio adquire perante o convívio social afirma que “é o ato mais hediondo nas relações sociais, pois ele efetiva o egocentrismo do ser humano: o aniquilamento do outro”(p. 117)”. Entende, ainda, ser este um ato demonstrativo da incapacidade de resolução de conflitos por meio distinto da força e da agressão física.

Seguindo na mesma perspectiva apresentada por Minayo (2006) acerca da gravidade das condutas sociais desencadeadoras de situações de mortes decorrentes de agressões físicas realizadas por terceiros, Tavares et al (2016, p. 924) descrevem essa conduta pela sua gravidade como sendo o “homicídio a expressão máxima da violência interpessoal e sua irracionalidade bem se expressa por sua contraditória condição de ser a principal causa prevenível de morte, a interromper a vida de milhares de cidadãos em todo o mundo”.

Em relação ao homicídio e sua consequente representação social no Brasil, Zilli & Vargas (2013, p. 622) demonstram que suas circunstâncias e motivações sofrem mutações, se configurando como um fenômeno dinâmico e extremamente influenciável por diversos outros aspectos existentes na sociedade, como fatores econômicos, políticos e comportamentais:

Diversos estudos sugerem que o processo de recrudescimento das taxas de homicídio no Brasil se fez acompanhar por mudanças nas próprias dinâmicas sociais e criminais relacionadas à ocorrência deste tipo de crime. Até o final dos anos 1970 grande parte dos assassinatos parecia decorrer de conflitos interpessoais e localizados, envolvendo tão somente autor e vítima e motivados por questões interpessoais. A partir dos anos 1990, no entanto, percebe-se uma crescente complexificação das dinâmicas produtoras de violência letal no país, fazendo com que, gradativamente, boa parte dos crimes deixasse de se circunscrever às esferas dos conflitos interpessoais e passasse a envolver, de modo cada vez mais frequente, grupos de jovens armados e suas atividades criminosas.

Os altos níveis de violência associados à atuação de gangues de traficantes em favelas das grandes cidades brasileiras agregou maior complexidade ao fenômeno dos homicídios, já que as mortes tornaram-se decorrência não apenas de conflitos de âmbito comunitário, mas também de intrincados processos de estruturação de atividades criminosas, bastante difíceis de serem plenamente compreendidos e apurados. (ZILLI & VARGAS, 2013, p.622)

Podemos pensar que este aspecto corrobora a importância e justifica a necessidade de atentar para esses registros, a fim de construir um panorama acerca de seus autores, através da perspectiva da área da saúde. É o entendimento ainda de Minayo (2006) sobre a forma de abordagem diversa das ciências políticas e antropológicas no tocante à violência:

O setor SAÚDE quando assume a violência como um dos mais importantes agravos à saúde da população mundial o faz num tom diferente da lógica com que trabalham os cientistas políticos e as forças de segurança pública. A saúde pública está preocupada com as vítimas e não com a repressão, não no sentido de inocentar alguém, mas de atuar na promoção da vida e da qualidade de vida. (MINAYO, 2006, p.50-51)

Dessa forma, esta pesquisa lança mão da conjugação de duas perspectivas sobre a violência: a ótica sobre sua representação social e sob a ótica da saúde, aliando-as, perfazendo uma análise conjunta e indissociável para melhor compreensão deste fenômeno, pois, como dito por Zaluar (2018, p. 4), a violência e os resultados de suas ações – nesse estudo, o homicídio – produzem efeitos que reverberam por toda

sociedade e por longo tempo, produzindo mais danos, diretos e indiretos, perpetuando-se em cadeia.

Recentes estudos internacionais falam dessa guerra irregular, selvagem, sem limites institucionais que se espalhou pelo mundo na forma do que se denominou *Transnational Organized Crime* (TOC), baseada nos negócios ilegais que trazem muito ganho quando garantem a impunidade dos seus agentes, ou ainda na forma de organizações fundamentalistas baseadas no terror contra outras religiões, justificadas pela verdade incontestável das suas crenças (Sain e Games, 2014: 121; Banfield, 2014: 20). O que há de comum nessas organizações com características tão diferentes, é o uso de armas leves – que podem ser colocadas nas mãos dos muito jovens, até mesmo crianças – assim como a facilidade com que ultrapassam as fronteiras porosas entre países com institucionalidade fraca ou falha (Geneva Declaration, 2015: 51-53). Fazem parte do processo de globalização, aquele que poderia ser chamado de globalização das trevas ou infra globalização por ser pouco visível, mas destruidor do respeito às leis e aos direitos, ou seja, ao estado democrático de direito. Muitos Estados constituídos também praticam formas de terrorismo e de interferência em países cujas fronteiras tornam porosas. Porém, no Brasil, não enfrentamos no momento esse tipo de ameaça externa de Estados poderosos. Mas enfrentamos, sim, os efeitos desagregadores do TOC.

Como em toda a guerra, não se trata apenas de questão militar, mas também de saúde. Além de mortos e feridos que oneram e entram no sistema de saúde pública, doenças infecciosas e psíquicas, estas relativas ao estresse e ao medo, são efeitos colaterais da guerra que acaba por influir nos seus resultados e na eternização dos combates pelo aumento do ódio e da vingança. (ZALUAR, 2018, p. 4)

De acordo com a bibliografia sobre o tema da violência urbana e os homicídios, especificamente no Rio de Janeiro, Dirk & Moura (2017) caminham na mesma esteira do apontamento dos negócios ilegais, principalmente o tráfico de drogas, como o grande causador desse desfecho relacional extremo, com o destaque para a demonstração de que o estabelecimento do papel a ser desempenhado pelos atores sociais envolvidos é meramente circunstancial, sendo sua atribuição em autor ou vítima definida por detalhes de momento, podendo variar instantaneamente ou ocorrer, inclusive, de maneira simultânea.

Os resultados aqui apresentados permitem certas considerações sobre a letalidade violenta na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, observados numa amostra de 447 vítimas. A principal motivação que levou a um desfecho letal tem sua origem no tráfico de drogas, responsável por 21,4% do total de vítimas. O tráfico de drogas aparece também como motivação secundária nos casos de homicídio decorrente de oposição à intervenção policial, com 59,4%, mas aqui os envolvidos com o tráfico são as vítimas da atuação estatal. Ao observar as atividades ilícitas alegadas às vítimas, perceber-se que o

envolvimento com drogas é o primeiro da lista, com mais de 37,4% das vítimas envolvidas com tais atividades.

A arma de fogo vitimizou aproximadamente 80% das vítimas aqui analisadas. É espantoso o nível de participação que a arma de fogo representa sobre o total de vítimas de letalidade violenta, sendo necessárias políticas públicas mais incisivas sobre o tráfico de armas, bem como maior rigor no controle interno de armas. Menos armas nas ruas, nas comunidades, nas mãos de cidadãos e nas mãos do tráfico podem significar menos mortes intencionais, justamente pela supressão do poder que a arma enseja, tanto em termos de status quanto em termos de destruição. Enfim, este estudo apontou para o fator preponderante que o tráfico de drogas ou o envolvimento com drogas possui nas relações entre indivíduos e que levam à letalidade. São indivíduos que participam tanto como autores da violência como também representam vítimas dessa mesma violência. O comércio ilegal de drogas, com todas as suas interações e processos, seriam os grandes motivadores das letalidades violentas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, auxiliados de perto pelo poder de fogo que as armas proporcionam. (DIRK & MOURA, 2017, p. 8)

Assim, adoto a perspectiva de que, para se entender, avaliar, pensar e descrever um problema de saúde pública, como é a violência e, mais especificamente, sua materialidade mais extrema, é preciso debruçar-se sobre os fatores presentes nessa questão: questões estruturais, de formação histórica, de especificidade no tempo e no espaço, da cultura e das subjetividades. Ou seja, conhecer os provocadores das mortes e suas vítimas em suas circunstâncias dentro de uma ecologia sociocultural. Portanto, utilizando essa forma de abordagem da área de saúde é possível produzir dados que gerem efeitos positivos nas políticas públicas de atendimento às potenciais vítimas e, na impossibilidade de se evitar tal evento, que possa propiciar, também, o acompanhamento das pessoas próximas a estas potencialmente afetadas.

Minayo & Constantino (2012) propõe uma forma de análise dos homicídios dentro de uma visão ecossistêmica, considerando-se ecossistema o espaço sociogeográfico (no caso o Rio de Janeiro) definido em suas estruturas e elementos em permanente interação, cercado por um ambiente externo que ao mesmo tempo se diferencia dele e reconhece sua especificidade, acoplado a esse espaço sociofísico, há um sistema psíquico. Ambos interagem entre si e se potencializam. Tomando o Rio de Janeiro como um ecossistema, pode-se dizer que o município tem uma história, uma configuração, uma cultura própria e uma visão de mundo peculiar. Mas, essa especificidade, em muitos casos e circunstâncias se assemelham e se diferenciam de outros espaços sociais brasileiros. Assim, o que ocorre aqui afeta o resto do país e é

afetado por ele. Portanto, ao pesquisar os homicídios no Rio de Janeiro, entende-se que muitos resultados do estudo podem ser generalizados. Outros são específicos do ambiente sócio-histórico e cultural onde foram e são gerados. A teoria ecossistêmica foge em parte à ideia da criminalização apenas de pessoas desviantes. Ela trabalha, ao contrário, com a visão de que em contextos de muita violência e homicídios, encontra-se uma comunidade com dificuldades para realizar objetivos comuns e resolver seus problemas como pobreza, deterioração territorial, excessiva mobilidade residencial, heterogeneidade étnica e com laços de comunicação fracos e fragmentados. Em seu conjunto, há um medo disperso na sociedade de ser alvo de delinquentes e pouca disposição para contribuir para superação dos problemas, dos quais muitos fogem. É como se uma espécie de fatalismo marcasse a identidade local, por sua vez repercutida pela mídia, como é o caso que se observa no ambiente do Rio de Janeiro. Por tudo isso, embora este trabalho trate de um tema pontual, ele não esquece o contexto em que o homicídio floresce, pois, diminuir suas taxas é uma tarefa não só dos poderes públicos, não apenas da polícia, mas sobretudo, dos cidadãos, corresponsáveis pelo ecossistema em que vivem.

Para se conseguir dimensionar e compreender o impacto da violência sobre a saúde, fazem-se imprescindíveis abordagens inter e transdisciplinares que incluam uma visão quantitativa e qualitativa do fenômeno. Não basta quantificar os mortos e feridos, as vítimas e agressores.

Essas pessoas fazem parte de uma realidade histórica e cultural e possuem razões subjetivas, como extensamente já se mencionou anteriormente. Saber a magnitude do fenômeno, mas também os seus sentidos é pré-requisito para formulação de programas de promoção e de prevenção pelo setor saúde. (MINAYO, 2006, p. 112)

A literatura específica acerca dos homicídios no Brasil, tanto no campo da Saúde Pública quanto nas Ciências Sociais em geral, ocupou-se e ainda ocupa-se, principalmente, do compromisso de entender, descrever e analisar o fenômeno da violência com desfecho de morte intencional provocada por terceiro sob a ótica da vítima. Esses trabalhos conduzem ao detalhamento de um perfil amplamente difundido condizente com a realidade dos grupos mais vulneráveis, integrados por homens jovens, negros, pertencentes às camadas mais empobrecidas, principalmente residentes nas periferias dos centros urbanos, como muito bem demonstrado no anuário da violência produzido por Daniel Cerqueira (2012).

Analisando o padrão de vitimização, observamos que os tipos de óbitos possuem características distintas bastante perceptíveis. Os

homicídios são geralmente perpetrados com o uso da arma de fogo, contra homens jovens (20 anos), pretos ou pardos, com nível ginásial de escolaridade, e os eventos ocorrem quase sempre na rua. Os suicídios acometem caracteristicamente homens brancos, de meia idade (45 anos), com maior grau de escolaridade, e tais incidentes ocorrem por meio de enforcamento e dentro de casa. Já os acidentes (excluindo acidentes de trânsito) fazem mais vítimas entre homens brancos, na terceira idade (70-80 anos), com menores níveis educacionais e, geralmente, o óbito se dá por quedas ou impactos em local desconhecido pelo legista. (CERQUEIRA, 2012, p. 46)

Porém, quando se busca olhar o panorama dos homicídios pelo prisma dos autores de agressão, não se obtém retorno junto à literatura científica. Em geral, os estudos se restringem apenas a nichos muito específicos de autores, como, por exemplo, os adolescentes infratores, ou aos agressores de mulheres vítimas de feminicídio ou de agressões, segundo a Lei Maria da Penha⁷.

⁷ Lei Federal nº 11.340 de 07/08/2006, de combate a violência doméstica e familiar contra a mulher.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em primeiro lugar, baseado nas ferramentas e recursos disponíveis foi definido como recorte para definição do perfil dos autores e autoras de homicídios cometidos e notificados no município do Rio de Janeiro o ano de 2015. As fontes são os dados produzidos pelo trabalho investigativo da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro - PCERJ⁸ para identificar os autores de mortes classificadas como intencionais e suas características. Este foi o período escolhido, em razão, da metodologia adotada pelo sistema de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro que estabelecia o prazo de 24 meses como um parâmetro médio para elucidação das letalidades violentas registradas, só divulgando esses índices após esse período. Portanto, como esse trabalho foi proposto no ano de 2017, e a coleta de dados se iniciou no início de 2018, os dados disponíveis no início da pesquisa se limitavam até o fim de 2015⁹.

A construção da fundamentação metodológica deste trabalho ampara-se, precipuamente, na compreensão do conhecimento científico descrito em Minayo & Sanches (1993):

Sempre uma busca de articulação entre uma teoria e a realidade empírica; o método é o fio condutor para se formular esta articulação. O método tem, pois, uma função fundamental: além do seu papel instrumental, é a “própria alma do conteúdo”, como dizia Lenin (1965), e significa o próprio “caminho do pensamento”, conforme a expressão de Habermas (1987). (MINAYO & SANCHES, 1993, p. 240)

Portanto, mediante essa articulação entre as teorias possíveis e a realidade empírica chegou-se à conclusão de que a ferramenta metodológica mais adequada para uma pesquisa acerca do perfil dos autores de homicídios intencionais ocorridos no município do Rio de Janeiro, no ano de 2015, formalmente identificados no curso das investigações da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, deveria ter um caráter quantitativo, na forma de um estudo observacional do tipo transversal.

Essa escolha se baseia na identificação desse procedimento de pesquisa como capaz de materializar, de maneira clara e mais facilmente compreensível, o perfil desse ator social diretamente envolvido no cenário da violência urbana de capital, em virtude

⁸ Instituição estadual que, segundo o Art. 144 CF, tem por atribuição o desempenho de atividades de polícia judiciária, investigação das condutas previstas como crime.

⁹ A Resolução SESEG nº 1.234 de 28 de setembro, reduziu o prazo limite para divulgação desses dados para 12 meses.

de suas características e particularidades verificadas ao longo da coleta de dados e da posterior análise, pois, segundo Aragão (2011):

Estudos transversais ou de corte transversal são estudos que visualizam a situação de uma população em um determinado momento, como instantâneos da realidade (ROUQUAYROL & ALMEIDA, 2006). Descrevem a situação em um dado momento e por este motivo frequentemente são classificados de forma errônea como descritivos. Na realidade, esses estudos possibilitam o primeiro momento de análise de uma associação. Identificados dentro de uma população os desfechos existentes, podemos elencar fatores que podem ou não estar associados a esses desfechos em diferentes graus de associação. Da razão entre as diferentes prevalências entre expostos e não expostos temos a medida de associação entre ambos, ou Razão de Prevalências (RP). As principais vantagens deste tipo de estudo são o seu baixo custo, sua fácil exequibilidade e a rapidez com que se consegue retorno dos dados obtidos. Sua desvantagem advém justamente das restrições das análises inferidas (COUTINHO et al., 2008). Estudos transversais são também chamados de inquéritos epidemiológicos e diferem dos estudos descritivos pois destes estudos se pode inferir algo. (ARAGÃO, 2011, p. 60-61)

3.1 DESENHO DO ESTUDO

Este trabalho estabeleceu como recorte observacional os resultados gerados de identificação de autores, nas investigações realizadas pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro – PCERJ, das mortes registradas como intencionais, em todo o ano de 2015, no município do Rio de Janeiro, capital do estado de mesmo nome.

Segundo dados do último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), datado de 2010, à época, o município tinha 6.320.446 habitantes, alcançando nos dias de hoje, ano de 2018, uma estimativa de 6.688.927, distribuída num perímetro total, em 2017, de 1.200,177 km², com densidade demográfica de 5.265,82 habitantes/km². O crescimento demográfico de 368.481 pessoas entre os anos de 2010 a 2018, se distribuído igualmente ano a ano, foi de 46.060 habitantes. Portanto, para o período deste estudo (2015), estimava-se uma população de 6.550.746 habitantes.

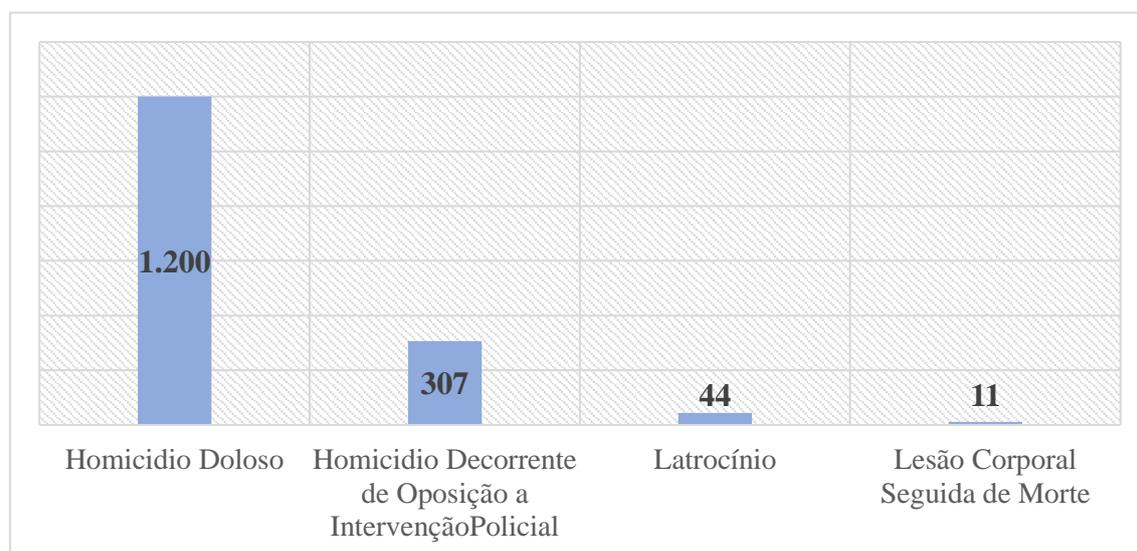
O perfil demográfico do município possuía o seguinte panorama em 2010: 3.360.629 habitantes do sexo feminino, o que representava aproximadamente 52,9% da população, enquanto o número de homens era de 2.959.817, 47,1% do total. Em relação ao perfil etário da população, o panorama apresentado foi o seguinte: 26,75% com até

19 anos; 16,78% entre 20 e 29 anos; 29,58% entre 30 e 49 e 26,89% com 50 anos ou mais. Também são relevantes, para o escopo deste trabalho, alguns outros dados censitários que servirão de elementos de comparação entre o perfil geral da população local obtidos pelo Censo do IBGE de 2010 e o perfil específico dos autores de homicídios, identificado durante o curso investigativo da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Em 2010, a expectativa de vida ao nascer, verificada para os habitantes do município do Rio de Janeiro, era de 75,69 anos. A divisão por raça/cor apresentou a seguinte distribuição: 51,2% pessoas de cor branca, 11,5% de cor preta e 36,5% de cor parda.

Além dos dados do Censo de 2010, também foram utilizados, como parâmetros norteadores deste trabalho, outros bancos de dados como, por exemplo, os produzidos pelo ISP/RJ. A classificação de interesse para o desenvolvimento desta pesquisa, de acordo com o Sistema Integrado de Metas do ISP/RJ, foi a macrocategoria “letalidade violenta”. Nela se incluem as subcategorias “latrocínios”, “lesões corporais seguidas de morte”, “homicídios provenientes de oposição à intervenção policial” e “homicídios dolosos”.

Dessa forma, seguindo a categorização do ISP/RJ, demonstrada no Gráfico 1, foram registrados como “letalidades violentas”, no ano de 2015 no município do Rio de Janeiro, 1.562 mortes, sendo 1.200 homicídios dolosos, 307 homicídios decorrentes de oposição à intervenção policial, 44 latrocínios e 11 lesões corporais seguidas de morte. Portanto, este é o universo desta pesquisa.

GRÁFICO 1: N° de casos de Letalidade Violenta no município do Rio de Janeiro em 2015



Fonte: ISP/RJ

A estratégia de abordagem foi a leitura, após o fornecimento de autorização por parte da instituição (PCERJ), de todos os 1.562 Registros de Ocorrências classificados pelo título de “letalidade violenta” ocorridos no âmbito do município do Rio de Janeiro no ano de 2015. Houve um cuidado especial para que tudo fosse verificado, de forma que não se expusessem informações pessoais dos envolvidos, nem fossem descritas situações que possibilitassem o reconhecimento de envolvidos, independentemente de seus papéis como autores ou vítimas. Os dados para traçar o perfil dos agressores foram tratados segundo os seguintes desfechos primários: sexo, idade, ocupação, grau de escolaridade, cor/raça.

Além de tais informações básicas, que devem obrigatoriamente estar presentes em todos os Registros de Ocorrências quando houver autoria conhecida, independente do crime gerador do registro, algumas outras são buscadas através da leitura do campo “dinâmica do fato”, presente em todos os registros. A dinâmica do fato se constitui em breve descrição dos acontecimentos a serem investigados, produzida pelo policial responsável por registrar a ocorrência. Esse breve histórico deve conter dia, hora, local e um resumo das circunstâncias do crime, o que é fundamental para que o investigador compreenda o contexto em que se deu aquela morte. Essa leitura também contribuiu para a alimentação de duas outras variáveis: Relacionamento Prévio entre as vítimas e, em caso positivo, o Tipo de Relacionamento. Para este trabalho considerou-se Relacionamento Prévio qualquer grau de convivência entre autor e vítima, anterior ao momento da agressão, fosse ele harmonioso ou não. Nos casos em que havia mais de um autor para a mesma morte, o vínculo de proximidade mais forte prevaleceu e se estendeu para os demais autores dessa ocorrência. Exemplo: um irmão matou outro irmão e, para isso, contou com a colaboração de uma terceira pessoa não familiar; nesse caso, todos os autores foram classificados como tendo relação prévia com a vítima.

Sobre o tipo de vínculo/contexto, ou circunstância de causa, foram as informações estratificadas como estratégia para melhor agrupar por semelhança e proximidade de acordo com o tipo de relação verificada na leitura da dinâmica das ocorrências. Dentre essas estratificações figuram algumas clássicas que são praticamente autoexplicativas como “familiar”, “cônjuge”, e outras que demandam alguns esclarecimentos. Nos casos em que o autor e a vítima se conheciam previamente sendo próximos ou não, e que o perfil não estivesse inserido em alguma outra classificação mais específica, usou-se o termo “conhecido”. Outros dois termos

independentes, “Tráfico e Milícia”, foram utilizados para classificar os autores de homicídio com motivações vinculadas a essas duas atividades ilegais muito presentes na realidade do município do Rio de Janeiro, gerando conflitos relativos a divergências internas dentro de determinados grupos, disputas com rivais, ou homicídios consumados apenas como demonstração de força. A circunstância de causa se fez presente, mesmo em situações em que não havia vínculo entre autor e vítima ou não foi possível determiná-lo. Como, por exemplo, uma morte em que, sua dinâmica deixou claro não ter sido provocada pelo tráfico, mas por presunção da vítima pertencer a uma facção rival, apesar de não ter tido relação prévia. Nessa situação, a circunstância de causa foi classificada como vinculada ao tráfico de drogas. Esse desfecho se orientou pela mesma lógica da variável Relacionamento Prévio, como previamente explicado. Ou seja, prevalecendo, o vínculo mais próximo com a vítima para determinar a relação nas ocorrências com mais de um autor.

3.2 COLETA DE DADOS

As informações foram coletadas no banco de dados da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, onde se concentram as informações dos Registros de Ocorrências. Esse é um sistema online, denominado ROWEB, sendo acessível remotamente, mediante prévia autorização, através da concessão de uma senha para consulta. Tal sistema não tem a funcionalidade de inserção, alteração ou retirada de dados, pois sua finalidade é meramente consultiva.

As informações constantes no ROWEB são aí inseridas através de outro sistema, batizado como Sistema de Controle Operacional (SCO), este, sim, de acesso restrito aos agentes da instituição que tenham, entre suas atribuições, a confecção de Registros de Ocorrências e respectivas investigações. Ou seja, todo possível crime comunicado numa Delegacia de Polícia do Estado do Rio de Janeiro enseja a lavratura de Registro de Ocorrência com a consequente atribuição de um número exclusivo, que o acompanha até o fim da investigação. O Sistema ROWEB fornece diversas opções de filtros para buscas e, dentre essas, seguem abaixo, as utilizadas nesta pesquisa, com sua respectiva trajetória.

Inicialmente, esses são os campos passíveis de pesquisa acerca de uma ocorrência registrada no âmbito da PCERJ, conforme Figura 1:

Figura 1 – Imagem da tela de pesquisa da base ROWEB – Tela inicial

Informações Sobre o Qualificado

Nome: Qualificação:

Busca Fonética Exatamente igual Início do Nome Parte do Nome

Vulgo: Envolvimento:

Mãe: Pai:

Sexo: Cor: Faixa Etária: Nacionalidade:

Hospitalizado Falecido Preso mandado Preso flagrante Comunicante Vítima bala perdida

Tipo de Documento: Expedidor:

Nº do Documento: Data de Expedição:

Número do RO: Data Inicial de Registro: Data Final de Registro:

Unidade Policial:

Classe:

Grupo:
Subgrupo:
Delito:
Detalhamento:

Fonte ROWEB/PCERJ

Para atender ao interesse dessa pesquisa, primeiro se restringiu a busca ao período de corte previsto, o ano de 2015, de 01/01/2015 à 31/12/2015, como marcado na Figura 2:

Figura 2 – Imagem da tela de pesquisa da base ROWEB – Período da Pesquisa

Informações Sobre o Qualificado

Nome: Qualificação:

Busca Fonética Exatamente igual Início do Nome Parte do Nome

Vulgo: Envolvimento:

Mãe: Pai:

Sexo: Cor: Faixa Etária: Nacionalidade:

Hospitalizado Falecido Preso mandado Preso flagrante Comunicante Vítima bala perdida

Tipo de Documento: Expedidor:

Nº do Documento: Data de Expedição:

Número do RO: Data Inicial de Registro: Data Final de Registro:

Unidade Policial:

Classe:

Grupo:
Subgrupo:
Delito:
Detalhamento:

Fonte ROWEB/PCERJ

Em seguida, no campo “classe”, onde estão separados os delitos pelo ordenamento jurídico em que cada um está inserido, podendo ser o Código Penal ou legislação específica, foi realizada a filtragem escolhendo a opção “Demais infrações do Código Penal”, Figura 3, a seguir:

Figura 3 – Imagem da tela de pesquisa da base ROWEB – Filtro Tipo de Crime

Informações Sobre o Qualificado

Nome: Todos os tipos Qualificação: Todas as qualificações

Busca Fonética Exatamente igual Início do Nome Parte do Nome

Vulgo: Envolvimento: Todos os envoltimentos

Mãe: Pai:

Sexo: Todos os gen Cor: Todas as cores Faixa Etária: Todas as faixas Nacionalidade: Todas as nacio

Hospitalizado Falecido Preso mandado Preso flagrante Comunicante Vítima bala perdida

Tipo de Documento: Todos os tipos Expedidor:

Nº do Documento: Data de Expedição:

Número do RO: Data Inicial de Registro: 01/01/2015 Data Final de Registro: 31/12/2015

Unidade Policial: Todas as Unidades policiais

Classe: Todas as Classes

Grupo: Todas as Classes

Subgrupo: Crimes do Código Militar

Delito: Crimes do Código Penal com procedimento previsto pela Lei 11.340/06

Detalhamento: Crimes do Código Penal com procedimento previsto pela Lei 11.340/06 Baixo Potencial Ofensivo

Crimes do Código Penal com Procedimento Previsto pela Lei 9099/95

Crimes do Código Trânsito com Procedimento Previsto pela Lei 9099/95

Demais Infrações Penais do Código Penal

Infrações Penais da Legislação Complementar com Procedimento Previsto na Lei 9099/95

Outras Infrações Penais da Legislação Complementar

Títulos Administrativos

Fonte ROWEB/PCERJ

Já no campo “grupo”, há uma separação dos caminhos da pesquisa, pois as categorias objeto desta pesquisa se ramificam em três das opções deste campo: Crimes Contra a Vida (Figura 4), onde estarão inseridos os Homicídios Dolosos e os Homicídios Provenientes de Oposição à Intervenção Policial; Crimes Contra o Patrimônio (Figura 6), aglutinadora dos Roubos Seguidos de Morte ou Latrocínios; e os Crimes Contra a Integridade Física (Figura 5) para as Lesões Corporais Seguidas de Mortes.

Figura 4 – Imagem da tela de pesquisa da base ROWEB – Crimes contra a Vida

Informações Sobre o Qualificado

Nome: Todos os tipos Qualificação: Todas as qualificações

Busca Fonética Exatamente igual Início do Nome Parte do Nome

Vulgo: Envolvimento: Todos os envoltimentos

Mãe: Pai:

Sexo: Todos os gen Cor: Todas as cores Faixa Etária: Todas as faixas Nacionalidade: Todas as nacio

Hospitalizado Falecido Preso mandado Preso flagrante Comunicante Vítima bala perdida

Tipo de Documento: Todos os tipos Expedidor:

Nº do Documento: Data de Expedição:

Número do RO: Data Inicial de Registro: 01/01/2015 Data Final de Registro: 31/12/2015

Unidade Policial: Todas as Unidades policiais

Classe: Demais Infrações Penais do Código Penal

Grupo: Todos os Grupos

Subgrupo: Todos os Grupos

Delito: Crimes contra a Administração Pública

Detalhamento: Crimes Contra a Dignidade Sexual

Crimes Contra a Integridade Física

Crimes Contra a Vida

Crimes Contra o Patrimônio

Outros Crimes do Código Penal

Fonte ROWEB/PCERJ

Figura 5 – Imagem da tela de pesquisa da base ROWEB – Crimes contra a integridade física

Informações Sobre o Qualificado

Nome Todos os tipos Qualificação: Todas as qualificações

Busca Fonética Exatamente igual Início do Nome Parte do Nome

Vulgo: Envolvimento: Autor

Mãe: Pai:

Sexo: Todos os gen Cor: Todas as cores Faixa Etária: Todas as faixas Nacionalidade: Todas as nacio

Hospitalizado Falecido Preso mandado Preso flagrante Comunicante Vítima bala perdida

Tipo de Documento: Todos os tipos Expedidor:

Nº do Documento: Data de Expedição:

Número do RO: Data Inicial de Registro: 01/01/2015 Data Final de Registro: 31/12/2015

Unidade Policial: Todas as Unidades policiais

Classe: Demais Infrações Penais do Código Penal

Grupo: Todos os Grupos

Subgrupo: Todos os Grupos
Crimes contra a Administração Pública
Crimes Contra a Dignidade Sexual
Crimes Contra a Integridade Física
Crimes Contra a Vida
Crimes Contra o Patrimônio
Outros Crimes do Código Penal

Delito: Crimes Contra a Integridade Física

Detalhamento: Crimes Contra a Integridade Física
Crimes Contra a Vida
Crimes Contra o Patrimônio
Outros Crimes do Código Penal

Fonte ROWEB/PCERJ

Figura 6 – Imagem da tela de pesquisa da base ROWEB – Crimes contra o patrimônio

Informações Sobre o Qualificado

Nome Todos os tipos Qualificação: Todas as qualificações

Busca Fonética Exatamente igual Início do Nome Parte do Nome

Vulgo: Envolvimento: Autor

Mãe: Pai:

Sexo: Todos os gen Cor: Todas as cores Faixa Etária: Todas as faixas Nacionalidade: Todas as nacio

Hospitalizado Falecido Preso mandado Preso flagrante Comunicante Vítima bala perdida

Tipo de Documento: Todos os tipos Expedidor:

Nº do Documento: Data de Expedição:

Número do RO: Data Inicial de Registro: 01/01/2015 Data Final de Registro: 31/12/2015

Unidade Policial: Todas as Unidades policiais

Classe: Demais Infrações Penais do Código Penal

Grupo: Todos os Grupos

Subgrupo: Todos os Grupos
Crimes contra a Administração Pública
Crimes Contra a Dignidade Sexual
Crimes Contra a Integridade Física
Crimes Contra a Vida
Crimes Contra o Patrimônio
Outros Crimes do Código Penal

Delito: Crimes Contra a Integridade Física

Detalhamento: Crimes Contra a Integridade Física
Crimes Contra a Vida
Crimes Contra o Patrimônio
Outros Crimes do Código Penal

Fonte ROWEB/PCERJ

No campo subseqüente, “subgrupo”, os tipos de crime contra a vida foram detalhados, conforme Figura 7, abaixo:

Figura 7 – Imagem da tela de pesquisa da base ROWEB – Crime Homicídio

Informações Sobre o Qualificado

Nome Todos os tipos Qualificação: Todas as qualificações

Busca Fonética Exatamente igual Início do Nome Parte do Nome

Vulgo: Envolvimento: Todos os envoltimentos

Mãe: Pai:

Sexo: Todos os gen Cor: Todas as cores Faixa Etária: Todas as faixas Nacionalidade: Todas as nacio

Hospitalizado Falecido Preso mandado Preso flagrante Comunicante Vítima bala perdida

Tipo de Documento: Todos os tipos Expedidor:

Nº do Documento: Data de Expedição:

Número do RO: Data Inicial de Registro: 01/01/2015 Data Final de Registro: 31/12/2015

Unidade Policial: Todas as Unidades policiais

Classe: Demais Infrações Penais do Código Penal

Grupo: Crimes Contra a Vida

Subgrupo: Todos os SubGrupos

Delito: Todos os SubGrupos

Detalhamento: **Homicídio**
 Homicídio - Culposos
 Homicídio - Tentativa
 Induzimento, Instigação ou Auxílio à Suicídio
 Infanticídio

Fonte ROWEB/PCERJ

Após o avanço da pesquisa no campo “subgrupo”, focalizado na variável “homicídio”, fez-se a filtragem do campo “envolvimento” (Figura 8), que diz respeito aos autores dos crimes.

Figura 8 – Imagem da tela de pesquisa da base ROWEB – Qualificação - Autor

Informações Sobre o Qualificado

Nome Todos os tipos Qualificação: Todas as qualificações

Busca Fonética Exatamente igual Início do Nome Parte do Nome

Vulgo: Envolvimento: **Autor**

Mãe: Pai:

Sexo: Todos os gen Cor: Todas as cores Faixa Etária: Todas as faixas Nacionalidade: Todas as nacio

Hospitalizado Falecido Preso mandado Preso flagrante Comunicante Vítima bala perdida

Tipo de Documento: Todos os tipos Expedidor:

Nº do Documento: Data de Expedição:

Número do RO: Data Inicial de Registro: 01/01/2015 Data Final de Registro: 31/12/2015

Unidade Policial: Todas as Unidades policiais

Classe: Demais Infrações Penais do Código Penal

Grupo: Crimes Contra a Vida

Subgrupo: Homicídio

Delito: Todos os Delitos

Detalhamento:

Fonte ROWEB/PCERJ

Após a orientação da pesquisa aos indivíduos qualificados como Autores, no campo “qualificação” foi selecionada a opção Id Civil Confirmada¹⁰, para garantir que os qualificados como autores tivessem sua identificação efetivamente certificada, demonstrada na Figura 10 abaixo.

Figura 9 – Imagem da tela de pesquisa da base ROWEB – Qualificação – Id civil confirmada

Informações Sobre o Qualificado

Nome: Todos os tipos Qualificação: **Civil Id Confirmada**

Busca Fonética
 Exatamente igual
 Início do Nome
 Parte do Nome

Vulgo: Envolvimento:

Mãe: Pai:

Sexo: Cor: Faixa Etária: Nacionalidade:

Hospitalizado
 Falecido
 Preso mandado
 Preso flagrante
 Comunicante
 Vítima bala perdida

Tipo de Documento: Expedidor:

Nº do Documento: Data de Expedição:

Número do RO: Data Inicial de Registro: Data Final de Registro:

Unidade Policial:

Classe:

Grupo:

Subgrupo:

Delito:

Detalhamento:

Fonte ROWEB/PCERJ

Por fim, após o preenchimento de todos os campos citados, foram gerados os resultados dos autores dos crimes, com seus respectivos dados qualificativos, Figura 10:

Figura 10 – Imagem da tela do ROWEB - Resultado

| Procedimento | Data do Registro | Nome | Categoria | Status | Qualificação |
|--------------|------------------|------|-----------|--------------------------|--------------|
| | 10/02/2015 | | Inquérito | Justiça (RELATADO) | AUTOR |
| | 26/11/2015 | | Flagrante | Enviado à Justiça | AUTOR |
| | 19/03/2015 | | Inquérito | Enviado ao MP (Relatado) | AUTOR |
| | 19/03/2015 | | Inquérito | Enviado ao MP (Relatado) | AUTOR |
| | 19/03/2015 | | Inquérito | Enviado ao MP (Relatado) | AUTOR |
| | 28/08/2015 | | Flagrante | Enviado à Justiça | AUTOR |
| | 18/11/2015 | | Inquérito | Enviado ao MP (Relatado) | AUTOR |
| | 18/11/2015 | | Inquérito | Enviado ao MP (Relatado) | AUTOR |
| | 18/11/2015 | | Inquérito | Enviado ao MP (Relatado) | AUTOR |
| | 18/11/2015 | | Inquérito | Enviado ao MP (Relatado) | AUTOR |

Fonte ROWEB/PCERJ

Após esse momento, cada linha de resultado significa um autor, e ao clicar nesse autor, é gerado o acesso aos dados qualificativos do mesmo, como apresentado na Figura 11.

¹⁰ A PCERJ adota esta opção somente após a comprovação da identificação do qualificado através dos instrumentos legais e técnicos, descartando as possibilidades de tratar-se de homônimo, sócia ou falsário.

Figura 11 – Imagem da base ROWEB – Resultado dos dados do qualificado

Categoria : Pessoa Física Outros
 Nome : [REDACTED]
 Vulgo : [REDACTED]
 Pai : [REDACTED]
 Nacionalidade : Brasileira
 Cor : Branca
 Qualificação : Civil ID confirmada
 Ramo de Atividade : [REDACTED]
 Sexo : Masculino
 Nascimento : [REDACTED]
 Mãe : [REDACTED]
 Naturalidade : SEM MUNICÍPIO
 Escolaridade : 3º Grau incompleto
 Lotação : [REDACTED]
 Estado Civil : Companheiro(a)
 Profissão : Funcionário público

Comunicante
 Representante
 Hospitalizado
 Falecido
 Preso
 Flagrante
 Vítima Bala Perdida

[Documentos](#)
 [REDACTED]

[Endereços](#)
 [REDACTED]

[Envolvimento](#)
 Homicídio (outros) -- Autor

Fonte ROWEB/PCERJ

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

No presente trabalho foram coletados dados que dizem respeito a população de registros de ocorrência de crimes de Homicídio Doloso, Latrocínio, Lesão Corporal Seguida de Morte ocorridos no município do Rio de Janeiro no ano de 2015. Para coleta de dados, foram trabalhadas variáveis qualitativas não ordinais como Cor e Profissão do criminoso; variáveis quantitativas ordinais como Escolaridade do autor do crime; e variáveis quantitativas, como idade do criminoso no ano em que cometeu o homicídio. Trabalhou-se também com a variável “Relação Prévia”, de caráter dicotômico: “sucesso” no caso de se constatar a relação prévia; ou “fracasso” em caso contrário. Os dados foram analisados por medidas de tendência central e variabilidade para os desfechos quantitativos e por frequências relativas para os desfechos categóricos. A variável idade foi categorizada utilizando como padrão adotado o censo demográfico do IBGE: até 19 anos; 20-29 anos; 30-39 anos; 40-49 anos; e 50 anos ou mais. Em relação as variáveis categóricas, como, por exemplo, sexo, escolaridade¹¹ e raça/cor, foram utilizadas tabelas de agrupamento simples.

O campo “profissão”, apesar de contemplar uma gama de múltiplas possibilidades, foi tabulado com a exposição de todas as variáveis apresentadas nos

¹¹ Apesar dos ciclos de formação educacional terem recebido nova nomenclatura desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no ano de 1996, o sistema de registro de ocorrências e qualificação dos envolvidos em ocorrências da PCERJ ainda usa os termos anteriores a lei, chamando de 1º, 2º e 3º graus, e como recurso metodológico essa forma de representação foi mantida, mas cabendo registrar que significam respectivamente Ensinos Fundamental, Médio e Superior.

registros, e a opção “outros”, existente no próprio sistema para inserção de dados que o agente não considera caber na classificação das profissões descritas no banco de dados.

Sobre o estabelecimento de mecanismos de inferência acerca da existência ou não de relações prévias entre autor e vítima, e o respectivo tipo dessa relação, foram analisadas e tabuladas duas variáveis: Relacionamento prévio entre os dois personagens, com possibilidade de resposta positiva, negativa ou ignorada, quando a análise do material coletado não oferecesse indícios suficientes para formação dessa compreensão e tipo de relação com o agrupamento em opções que facilitassem a compreensão do vínculo existente, podendo ser familiar, quando tratar-se de existência conjugal¹² ou parental¹³ direta ou indiretamente.

Também teve papel fundamental no desenvolvimento deste trabalho a classificação acerca da motivação do homicídio. O perfil dos autores de determinados tipos de mortes guardam similaridades, possibilitando construir um perfil que, possivelmente, tenha representatividade em relação a outros anos e à realidade conflituosa do município do Rio de Janeiro, favorecendo dessa forma a generalização dos resultados.

3.3.1 Análises Bidimensionais

Teoricamente, são utilizadas análises bidimensionais quando o interesse é o de analisar o comportamento conjunto de duas ou mais variáveis aleatórias.

Segundo Bussab & Moretin (2009), o principal objetivo das análises nessa situação é explorar relações (similaridades) entre as colunas, ou algumas vezes, entre linhas.

Em algumas situações, usam-se dois (ou mais) conjuntos de dados provenientes da observação da mesma variável. Nesses casos, há situações em que as duas variáveis são qualitativas, ou as duas variáveis são quantitativas ou ainda, uma variável é qualitativa e a outra quantitativa.

¹² Como recurso metodológico considerou-se conjugal relações afetivas minimamente estáveis, como casamentos, uniões estáveis, namoros ou noivados, independente de ser uma relação pública ou velada;

¹³ Relações de consanguinidade direta ou nos casos em que um dos personagens tem relacionamento conjugal com parente consanguíneo, exemplo cunhado, genro, sogro ou similares;

No presente trabalho, analisam-se duas variáveis qualitativas e também, uma variável qualitativa e uma quantitativa. No primeiro caso, a técnica de análise ocorre por meio de tabelas de contingência, onde aparecerão as frequências absolutas sobre um indivíduo, frequências essas que pertencem simultaneamente a categoria de uma e outra variável. Já no segundo caso, analisa-se o que acontece com a variável quantitativa quando os dados são categorizados de acordo com os diversos atributos da variável qualitativa. Tais relações também podem ser apresentadas por métodos gráficos e medidas numéricas.

Exemplo de análise de variáveis qualitativas: A seguir, temos a tabela de contingência que apresenta a distribuição de frequência dos indivíduos que aparecem simultaneamente na variável crime e na variável relação prévia.

Tabela 1: Distribuição Conjunta de Frequência das Variáveis Crime e Relação Prévia.

| Crime | Relação Prévia | | | Total Geral |
|----------------------------|----------------|-----------|------------|-------------|
| | I | N | S | |
| Feminicídio | | | 1 | 1 |
| Homicídio (Arma branca) | | 1 | 41 | 42 |
| Homicídio (Arma de fogo) | 4 | 27 | 52 | 83 |
| Homicídio (Asfixia) | | | 10 | 10 |
| Homicídio (Latrocínio) | 1 | 23 | 1 | 25 |
| Homicídio (Lesão corporal) | | 1 | 3 | 4 |
| Homicídio (Outros) | 5 | 18 | 53 | 76 |
| Homicídio (Paulada) | | | 4 | 4 |
| Homicídio (Queimadura) | | | 1 | 1 |
| Total Geral | 10 | 70 | 166 | 246 |

Fonte: ROWEB/PCERJ

Nesse caso, o interesse foi o de verificar se há relação prévia entre os indivíduos de acordo com o tipo de crime.

Uma outra forma de analisar é realizar uma tabela de frequência relativa, ou seja, de proporções. Tais tabelas podem ser analisadas horizontalmente, verticalmente ou de forma geral. Quem define a melhor forma de analisar é o pesquisador.

Exemplo: A tabela a seguir apresenta o total das proporções em relação à coluna crime. Através dela é possível notar qual é o tipo de crime que possui mais casos de vítimas que possuíam relação prévia com o autor.

Tabela 2: Distribuição Conjunta de Frequência Relativa da Variável Relação Prévia em Relação ao Total das Letalidades Violentas Sem os Homicídios Provenientes de Oposição à Intervenção Policial.

| Crime | I | N | S | Total |
|----------------------------|----------|----------|----------|--------------|
| Feminicídio | 0% | 0% | 100% | 100% |
| Homicídio (Arma Branca) | 0% | 2% | 98% | 100% |
| Homicídio (Arma de Fogo) | 5% | 33% | 63% | 100% |
| Homicídio (Asfixia) | 0% | 0% | 100% | 100% |
| Homicídio (Latrocínio) | 4% | 92% | 4% | 100% |
| Homicídio (Lesão Corporal) | 0% | 25% | 75% | 100% |
| Homicídio (Outros) | 7% | 24% | 70% | 100% |
| Homicídio (Paulada) | 0% | 0% | 100% | 100% |
| Homicídio (Queimadura) | 0% | 0% | 100% | 100% |

Fonte: ROWEB/PCERJ

Exemplo sobre uma variável qualitativa e uma quantitativa: A seguir, apresenta-se uma tabela com a distribuição de frequência dos indivíduos, segundo sexo e média de idade.

Tabela 3: Distribuição de Frequência das Variáveis Sexo e Média de Idade.

| Sexo | Frequência | Idade média |
|--------------------|-------------------|--------------------|
| M | 317 | 31,39 |
| F | 23 | 30,35 |
| Total Geral | 340 | 31,32 |

Fonte: ROWEB/PCERJ

3.3.2 Modelos Lineares Generalizados

Ao desenvolver uma teoria, há sempre o interesse de se estudar a relação entre as variáveis em estudo. Um dos métodos bastante utilizado para determinar a relação entre as variáveis explicativas e a variável resposta é o modelo de regressão.

A seleção de modelos é uma parte importante de toda pesquisa em modelagem estatística e envolve a procura de um modelo que seja o mais simples possível e que descreva bem os dados observados.

Nelder & Wedderburn (1972) mostraram que uma série de técnicas estatísticas, comumente estudadas separadamente, podem ser formuladas de maneira unificada, como uma classe de modelos de regressão. A essa teoria unificadora de modelagem estatística, uma extensão dos modelos clássicos de regressão, foi dado o nome de modelos lineares generalizados (MLG). Tais modelos são indicados quando as variáveis

estudadas não têm aderência à distribuição normal. Nesses casos, a variável dependente é uma contagem e as variáveis independentes buscam explicar o comportamento da série.

Existe um grande número de variações dos Modelos Lineares Generalizados. Se a variável resposta é categórica, com mais de duas categorias, então uma das abordagens utilizadas é o modelo de regressão logística. Tal modelo vem sendo aplicado intensamente em várias áreas de conhecimento e, em especial, na área da saúde.

3.3.3 Regressão Logística

No presente estudo utilizou-se um modelo de regressão logística para investigar o perfil de criminosos autores de mortes intencionais no município do Rio de Janeiro no ano de 2015. O interesse foi o de estudar a chance de ocorrência de algum evento, dada a variação de variáveis categóricas como sexo e escolaridade, por exemplo.

No âmbito do MLG, no caso do experimento em que a variável aleatória Y_i pertence ao intervalo $[0,1]$, o valor esperado da resposta é, na verdade, uma probabilidade $P(Y_i = 1)$. Na análise de regressão logística, a variável dependente (resposta) é uma variável aleatória dicotômica que assume o valor 1 se o evento de interesse ocorre ou 0 em caso contrário. O modelo utiliza a transformação logito (logaritmo neperiano do odds) para evitar que a função assumira valores negativos: A medida (estimador) que expressa o risco é a razão de chances ou odds ratio, a qual avalia a relação entre a chance de um indivíduo exposto possuir a condição de interesse, comparada à do não exposto.

3.5 ASPECTOS ÉTICOS

Como dito anteriormente, os dados constantes neste trabalho foram coletados mediante prévia autorização junto à administração da instituição fornecedora, no caso a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, que permitiu o acesso na forma de consulta ao banco de dados ROWEB, com o compromisso de não identificação dos sujeitos.

A solicitação de acesso e a consequente permissão encontra respaldo legal tanto na Constituição Federal de 1988 quanto na Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 que regulamenta a previsão constitucional de acesso à informação. Em seu art. 4º,

Inc. I, essa Lei afirma expressamente o que é informação e sua possível utilização: “dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.” Inclusive o ISP/RJ disponibiliza formulário online para requisição de dados, de interesse acadêmico, não disponíveis em sua página na internet, conforme dispõe a Portaria ISP n° 28 de 12 de dezembro de 2008.

No mesmo sentido se encontra o entendimento do CEP-CONEP acerca das pesquisas com a utilização de dados de acesso público que não identifiquem os alvos (sujeitos), ou de revisão bibliográfica somente, sem o envolvimento de seres humanos. Em todos esses casos, os pesquisadores estão dispensados de prévia autorização do Comitê de Ética em Pesquisa. Portanto, como este trabalho usou apenas dados secundários, preservando e garantindo a não identificação de sujeitos e, principalmente, não estabelecendo qualquer forma direta ou indireta de contato com os mesmos, não restou caracterizada a necessidade de submissão do trabalho ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz.

4 RESULTADOS

A análise e o tratamento dos resultados verificados pelas análises dos dados produzidos pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro em sua atividade de investigação das condutas classificadas e tipificadas como letalidades violentas, nas modalidades Homicídio Doloso, Lesão Corporal Seguida de Morte e Roubo Seguido de Morte - Latrocínio, além da categoria analisada separadamente, por justificativa já demonstrada, dos Homicídios Provenientes de Oposição à Intervenção Policial, trouxe resultados que permitem o delineamento do perfil dos autores dessas condutas resultantes de mortes intencionais. Serão demonstrados primeiramente os resultados individuais por categoria e, na sequência, as três categorias conjugadas.

Os Homicídios Provenientes de Oposição à Intervenção Policial foram analisados separadamente, em virtude da particularidade de suas características, dentre elas: (1) tipificar uma categoria em que, em geral, os autores se apresentam espontaneamente à Polícia Civil e assumem a autoria da morte; (2) por serem agentes das instituições de segurança pública, algumas variáveis usadas nas outras categorias perdem sentido; (3) por ser mais forte a característica profissional, foram dispensadas as variáveis cor/raça, escolaridade, ocupação e relacionamento prévio, mantendo os indicadores de sexo e idade; (4) exatamente, por serem agentes, foi importante verificar se os mesmos autores se repetem em mais de uma ocorrência e suas respectivas lotações.

4.1 LESÕES CORPORAIS SEGUIDAS DE MORTE

Essa modalidade classificatória apresentou o menor número de casos totais dentre as quatro subcategorias da macrocategoria Letalidade Violenta com 11 casos no município do Rio de Janeiro durante todo o ano de 2015, obtendo o resultado de cinco autores identificados em quatro casos distintos, ou seja, em um dos casos o trabalho investigativo resultou na identificação de dois autores.

Tais resultados estão diretamente vinculados a uma particularidade verificada na análise da construção desse registro, pois, como essas ações são normalmente registradas, em princípio, como lesão corporal, podendo ser reclassificada – mas só após, e em virtude do agravamento do estado de saúde da vítima (que acaba evoluindo

para óbito, em espaço de tempo variável e não previsível) – como Lesão Corporal Seguida de Morte, os recursos e a forma de investigação são aplicados, em geral, de maneira distinta dos demais casos de Letalidade Violenta. Não há uniformidade no tratamento investigativo dessa categoria, uma vez que cada caso é investigado na delegacia de circunscrição onde se deu o fato. Essa especificidade diferencia essa modalidade classificatória da maioria das ocorrências tipificadas nas outras três categorias. Nessas últimas, em virtude da morte imediata da vítima ou logo depois da agressão, o caso é registrado, tratado e investigado pela Delegacia de Homicídios da Capital, unidade com recursos materiais e humanos próprios. Nela estão lotados policiais investigadores com experiência e expertise, o que se reflete nos resultados de seu trabalho.

Apesar de não ser objetivo desta pesquisa analisar a forma em que se desenvolve o trabalho investigativo da polícia judiciária no Rio de Janeiro e, sim, o resultado alcançado pelas investigações no tocante à identificação de autoria da categoria Letalidade Violenta, é importante descrever algumas especificidades do tratamento dispensado a esses crimes cujo processo resulta na identificação dos autores.

De acordo com a análise desses resultados referentes à identificação de autores por ocorrência, chegou-se ao índice de 36,36%, ou seja, para um total de 11 ocorrências foram identificados autores em quatro delas, havendo em uma, dois autores identificados.

Em relação ao perfil dos autores constantes dessa categoria, encontraram-se quatro autores do sexo masculino e um do sexo feminino. Foram identificados, dois agressores de cor parda, dois de cor branca e um de cor negra. As ocupações informadas apresentaram cinco resultados distintos: policial militar¹⁴, vendedor, barbeiro, motorista e manicure. A escolaridade verificada variou entre 2º grau completo (três casos), 2º grau incompleto (um) e 1º grau incompleto (um). A faixa etária desses autores está compreendida entre 26 e 41 anos, apresentando média de 31,2 anos, sendo dois entre 20-29 anos, dois entre 30-39 anos e um na faixa de 40-49 anos.

Por último, mas não menos importante, está a variável criada para verificar a presença ou não de relação prévia entre vítima e autor. Foi verificado que quatro autores

¹⁴ O Autor não estava no exercício de sua atividade profissional, e também o desenvolvimento da ocorrência não guarda vinculação com a Ocupação de Policial Militar.

possuíam relacionamento prévio com as vítimas e apenas um fato se deu em decorrência de desentendimento seguido de troca de agressões físicas entre autor e vítima que não se conheciam previamente.

Os resultados apresentados demonstram que na maioria dos casos com autoria identificada há a existência da relação entre AUTOR e VÍTIMA de caráter eminentemente comunitário, seja por vizinhança, por compartilhamento de relações sociais de amizade ou afetivas. A violência interpessoal surge de desavenças que evoluem para vias de fato, por meio de agressões físicas que levam uma das partes a produzir lesões e ferimentos que acabam evoluindo para óbito, mesmo que esse não seja o objetivo do autor.

Apesar da limitação apresentada pelo reduzido número de casos para a realização de testes, a fim de se verificar a existência de um eventual perfil desses autores, alguns aspectos despertaram especial atenção no decorrer da pesquisa, no tocante a especificidades dessa modalidade de Letalidade Violenta. Dentre eles três estão descritos abaixo:

a-Todos os 05 (cinco) identificados possuem ocupações profissionais formais e devidamente descritas nos Registros de Ocorrências, diferentemente das outras categorias que compõem a macrocategoria Letalidade Violenta;

O segundo e o terceiro aspectos, apesar de não constituírem uma variável própria na pesquisa e nem no Registro de Ocorrência, merecem atenção e destaque, pois contribuem para delinear o contexto em que se desenvolveram esses eventos violentos que resultaram em mortes. Destaca-se que foram obtidos mediante atenta reflexão sobre o constante no campo Dinâmica dos respectivos RO:

b- em geral, nos casos analisados, as agressões se deram sem a utilização de algum instrumento como arma, sendo utilizado o próprio corpo para o ataque na forma de socos, pontapés e similares. A maioria dos óbitos se deu em decorrência de lesões provocadas pelo choque de cabeça após queda durante a briga;

c- o último aspecto a ser destacado, mas não menos relevante, é que esses casos, à exceção de um, ocorreram em ambientes de interação social¹⁵ em que foi possível verificar a presença de drogas lícitas ou não, como álcool, cocaína,

¹⁵ Festas, confraternizações, bares e afins.

maconha, cheirinho da loló¹⁶, em que ambos, autor e vítima, haviam feito uso de uma ou mais delas. Porém, apesar disso, não é possível afirmar que a presença de drogas no ambiente tenha sido um fator determinante para o desfecho dos fatos analisados.

Apesar de evidências empíricas, há muita incerteza quanto às explicações causais. Uma questão que não está suficientemente explicada é se a presença de álcool ou drogas nos eventos violentos permite inferir que elas tenham afetado o comportamento das pessoas envolvidas. Noutras palavras, não é possível saber se essas pessoas em estado de abstinência não teriam cometido as mesmas transgressões. Outra questão é o não-discernimento entre o uso de drogas como um fator que, associado a outros, desencadeia comportamentos violentos e o uso de drogas como fator causador, porque, na verdade apenas o que nos é possível inferir é a alta proporção de atos violentos quando o álcool ou as drogas estão presentes entre os agressores e vítimas, ou em ambas as partes. (MINAYO & DESLANDES, 1998, p.37)

4.2 ROUBO SEGUIDO DE MORTE – LATROCÍNIO

Os dados coletados referentes à categoria Roubo Seguido de Morte ou Latrocínio, com obtenção de qualificação confirmada pelo trabalho investigativo da Polícia Civil ocorridos durante o ano 2015, apresentaram informações relevantes para o desenvolvimento deste trabalho.

De acordo com os dados do Instituto de Segurança Pública, no ano de 2015, no município do Rio de Janeiro, houve 44 mortes classificadas e registradas como resultantes de Roubo Seguido de Morte, tendo sido verificados 25 casos em que, pelo menos, houve um autor com identificação confirmada, totalizando 46 autores espalhados pelos 25 registros citados.

Talvez cause estranheza o fato de haver mais autores do que casos, mas isso ocorre em virtude da natureza dessa categoria, em que, como já descrito, é comum a participação de mais comparsas, como bem descreve Mariz (2015), quando trata da forma de execução deste crime: "Um aspecto interessante surgido da análise dessa modalidade é que, normalmente, as testemunhas ouvidas relataram casos com dois, três, quatro ou até mais autores, aumentando sensivelmente a dificuldade por parte dos responsáveis pelas investigações na identificação e confirmação da autoria de todos os

¹⁶ Preparado artesanal com diversos componentes químicos, dentre eles o éter, similar ao lança-perfume, para ser inalado, muito utilizado por jovens.

participantes” (p. 24). Dessa forma, os resultados acerca dessa categoria são apresentados com a consideração dessa particularidade.

Em relação aos autores de Roubos Seguidos de Morte, é possível apresentar o perfil, de acordo com os dados colhidos nos RO: todos os identificados são do sexo masculino, não tendo sido qualificada nenhuma mulher na variável desta categoria.

De acordo, com a tabela 4, o campo “idade” apresenta o seguinte panorama: oito autores na primeira faixa de 10-19 anos; 27 na segunda faixa entre 20-29 anos; sete na terceira faixa de 30-39 anos. A partir desse idade, reduz-se o número de autores: dois na quarta faixa de 40-49anos e apenas um no último agrupamento de 60 anos ou mais. No conjunto são 45 autores classificados por sua idade, restando um que, por falha no preenchimento dos dados de sua qualificação, esse item não foi informado.

Tabela 4: N° de casos de Latrocínios em 2015 Segundo a Faixa Etária dos Autores

| Faixa etária | Frequência | Frequência Relativa |
|------------------|------------|---------------------|
| [10 ; 19] | 8 | 17% |
| [20 ; 29] | 27 | 59% |
| [30 ; 39] | 7 | 15% |
| [40 ; 49] | 2 | 4% |
| [60 ; ...) | 1 | 2% |
| Não Especificada | 1 | 2% |
| Total | 46 | 100% |

Fonte: ROWEB/PCERJ

A descrição da cor dos autores de Roubo Seguido de Morte (tabela 5) se apresentou da seguinte maneira no RO analisados: pardos – 17; negros – 13; brancos – 12. Quatro não tinham essa informação disponível no RO. A maioria dos autores se concentra na soma de pardos e negros: 30 pessoas, que correspondem a 65% do total.

Tabela 5: N° de Casos de Latrocínios em 2015 Segundo a Cor dos Autores

| Cor | Frequência | Frequência Relativa |
|------------------|------------|---------------------|
| Pardo | 17 | 37% |
| Negra | 13 | 28% |
| Branca | 12 | 26% |
| Não Especificada | 4 | 9% |
| Total | 46 | 100% |

Fonte: ROWEB/PCERJ

A variável “escolaridade” (tabela 6) apresentou resultados bem característicos, com duas opções despontando como concentradoras da imensa maioria dos autores. Verificaram-se 18 deles com o 1º grau incompleto; 18 sem especificação de escolaridade, não sendo possível detectar o motivo dessa imprecisão; os 10 restantes diluíram-se entre três grupos: três com 1º grau completo; cinco com 2º grau incompleto e dois com 2º grau completo. Não há registro de autores com 3º grau completo ou incompleto.

Tabela 6: N° de Latrocínios em 2015 Segundo a Escolaridade dos Autores

| Escolaridade | Frequência | Frequência Relativa |
|---------------------|-------------------|----------------------------|
| 1º grau Incompleto | 18 | 39% |
| 1º grau Completo | 3 | 7% |
| 2º grau Incompleto | 5 | 11% |
| 2º grau Completo | 2 | 4% |
| Não Especificada | 18 | 39% |
| Total | 46 | 100% |

Fonte: ROWEB/PCERJ

As ocupações registradas nos dados coletados na categoria de Roubo Seguido de Morte, demonstrado na tabela 7, podem ser agrupadas de duas formas, levando-se em consideração a intensidade de sua incidência: primeiramente, em três grupos maiores, sendo: não especificada/outros¹⁷ – 25 autores; desempregado – 11 autores; e diversos – 10 (dez) autores.

Tabela 7: N° de Latrocínios em 2015 Segundo a Ocupação dos Autores

| Ocupação | Frequência | Frequência Relativa |
|-------------------------|-------------------|----------------------------|
| Não Especificada/Outros | 25 | 54% |
| Desempregado | 11 | 24% |
| Diversos | 10 | 22% |
| Total | 46 | 100% |

Fonte: ROWEB/PCERJ

Ao voltar as atenções para a opção “diversos”, é possível esmiuçar as profissões apresentadas pelos autores de Roubo Seguido de Morte, verificando-se as ramificações das ocupações relatadas: três comerciantes; três pedreiros ou ajudantes; um motorista ou taxista e dois estudantes.

¹⁷ A opção “outros” é uma possibilidade existente no sistema de registro de ocorrências, assim como a “não especificada.”

Uma característica importante deste tipo de crime é não haver vínculo prévio entre autor e vítima. Seu contato, em geral, decorre de uma situação fortuita entre ambos, gerada por algum bem de valor utilizado pela vítima e julgado interessante pelo autor. Outra situação comum é a presença da vítima em determinado local no momento da deflagração de um roubo, e que, por alguma circunstância diversa desencadeie uma agressão letal por parte do autor ou dos autores. Em resumo, conforme tabela 8, dos 46 autores identificados, 44 não guardavam qualquer tipo de vínculo ou relação com a vítima. Num caso estabeleceu-se relação prévia de proximidade e noutro não há elementos para afirmar a existência ou não de vínculo.

Tabela 8: N° de Latrocínios em 2015 Segundo a Relação Prévia entre Autor e Vítima

| Relação Prévia | Frequência | Frequência Relativa |
|----------------|------------|---------------------|
| Não | 44 | 96% |
| Sim | 1 | 2% |
| I | 1 | 2% |
| Total | 46 | 100% |

Fonte: ROWEB/PCERJ

4.3 HOMICÍDIO DOLOSO

A categoria Homicídio Doloso, como já explicado, engloba todas as mortes intencionais causadas por terceiros, que não encontrem encaixe mais adequado nas outras tipificações da macrocategoria Letalidade Violenta. Como já mencionado essas descrevem condutas específicas, como Lesão Corporal Seguida de Morte, Roubo Seguido de Morte ou Homicídio Proveniente de Oposição à Intervenção Policial. Em razão de sua especificidade, a classificação Homicídios Dolosos acaba recebendo a maior quantidade de Registros de Ocorrências, sendo chamados no âmbito do cotidiano da atividade policial como “Maracanã”¹⁸.

Em decorrência da metodologia de organização dos registros de ocorrências pela PCERJ dos Homicídios Dolosos, esta se torna a maior categoria, com maior número de casos e, conseqüentemente, com a maior quantidade de autores identificados.

Em números totais no ano de 2015, no perímetro do município do Rio de Janeiro, 1.200 mortes foram classificadas como Homicídios Dolosos, tendo sido

¹⁸ Denominação dada no jargão policial às classificações genéricas de situações em que não se enquadram outras classificações mais específicas.

identificados 340 autores, o que, em virtude do maior quantitativo e da diversidade de situações que culminaram com o desfecho de morte, proporcionou uma rica fonte de informação para este trabalho. Portanto, o n desta categoria será 340.

De acordo com os dados obtidos, tabela 9 e gráfico 2, a ampla maioria de autores é do sexo masculino (317). A minoria é de mulheres (23), respectivamente 93% e 7%. Ambos os sexos, apesar da grande diferença percentual de identificados, possuem médias de idades muito similares, sendo aproximadamente 31 anos para o sexo masculino e 30 para o sexo feminino.

Tabela 9: N° de casos de Homicídios Dolosos em 2015 Segundo Sexo

| Sexo | Frequência | Idade Média |
|--------------------|-------------------|--------------------|
| M | 317 | 31,39 |
| F | 23 | 30,35 |
| Total Geral | 340 | 31,32 |

Fonte: ROWEB/PCERJ

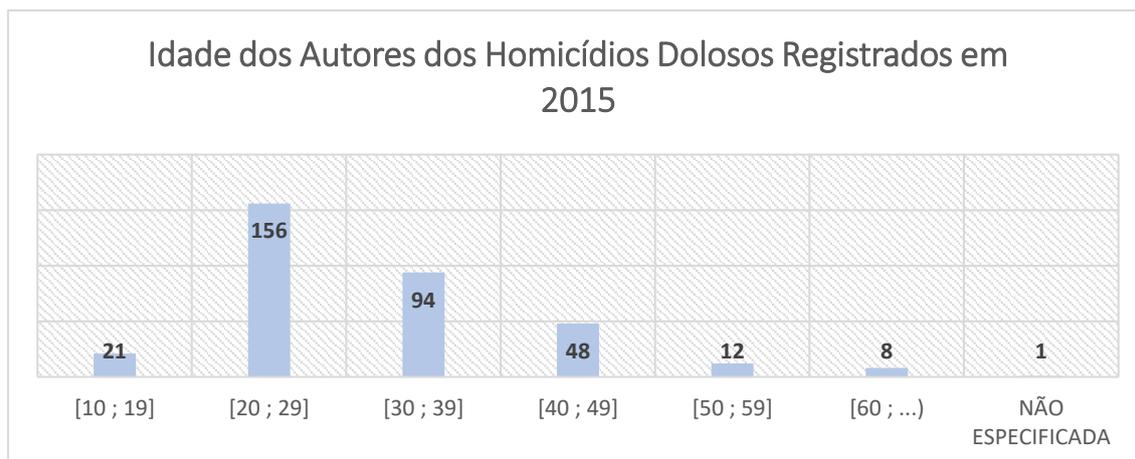
Os autores jovens, com até 29 anos, respondem por mais da metade dos qualificados por Homicídios Dolosos, 52% do total (tabela 10 e gráfico 2).

Tabela 10: N° de casos de Homicídios Dolosos em 2015 Segundo a Faixa Etária dos Autores

| Idade Autor | Frequência | Frequência Relativa |
|--------------------|-------------------|----------------------------|
| [10 ; 19] | 21 | 6% |
| [20 ; 29] | 156 | 46% |
| [30 ; 39] | 94 | 28% |
| [40 ; 49] | 48 | 14% |
| [50 ; 59] | 12 | 4% |
| [60 ; ...) | 8 | 2% |
| Não Especificada | 1 | 0% |
| Total Geral | 340 | 100% |

Fonte: ROWEB/PCERJ

Gráfico 2: N° de casos de Homicídios Dolosos em 2015 Segundo a Faixa Etária dos Autores



Fonte: ROWEB/PCERJ

Conforme a tabela 11, os registros policiais mostraram que 146 agressores (43%) eram de cor parda; 104 (30%) de cor branca; 78 (23%) de cor preta e 12 (4%) que não tiveram esses dados registrados.

Tabela 11 N° de casos de Homicídios Dolosos em 2015 Segundo a Cor dos Autores

| Cor | Frequência | Frequência Relativa |
|------------------|------------|---------------------|
| Pardo | 146 | 43% |
| Negro | 78 | 23% |
| Branco | 104 | 30% |
| Não Especificada | 12 | 4% |
| Total | 340 | 100% |

Fonte: ROWEB/PCERJ

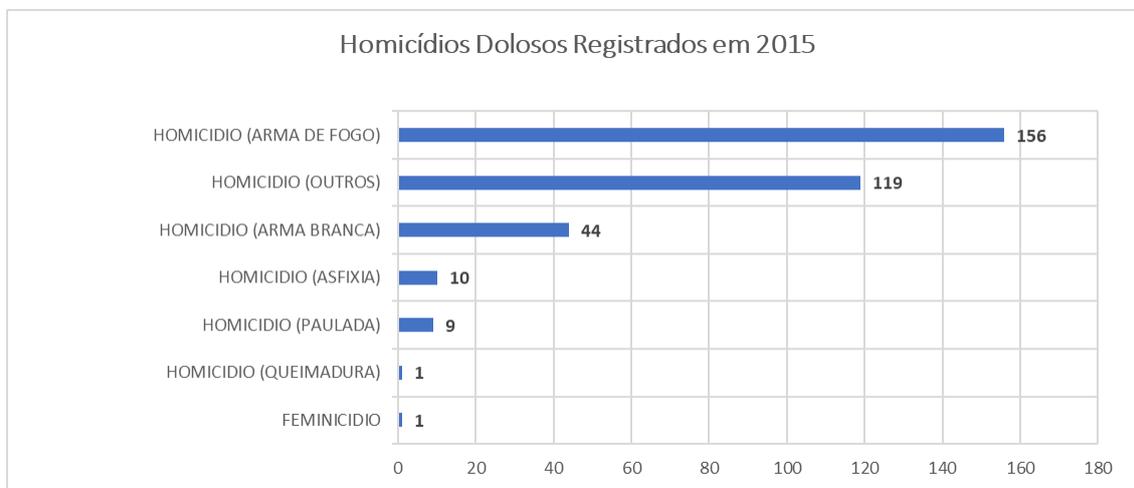
A análise dos dados da categoria Letalidade Violenta (gráfico 3) apresenta uma variável exclusiva em relação às demais. Permite uma classificação dos meios utilizados para cometer o homicídio¹⁹. De acordo com os dados, 110 (44%) dos autores utilizaram arma de fogo; 95 (38%) outros meios não relatados²⁰, 33 (13%) usaram arma branca; seis (3%) mataram por meio de asfixia; cinco (3%) agrediram por meio de paulada; um

¹⁹ Divisão classificatória empregada pela PCERJ, levando em consideração o tipo de ação causadora da morte, podendo ser quanto à arma utilizada (arma branca ou de fogo), quanto a agressão (paulada, queimadura e asfixia) ou quanto à condição da vítima (feminicídio).

²⁰ Esse agrupamento remete à já citada anteriormente organização na forma do jargão policial “maracanã”, ou seja, se não encontra identificação em nenhuma outra categoria, entra na categoria “outros”.

caso ocorreu por queimadura; e foi registrado um feminicídio sem maiores especificações²¹.

Gráfico 3: N° de casos de Homicídios Dolosos em 2015 Segundo tipo



Fonte: ROWEB/PCERJ

Duas variáveis são muito relevantes para o delineamento do perfil dos autores de Homicídios Dolosos identificados no âmbito do município do Rio de Janeiro para o ano de 2015. São elas: Relação Prévia entre Autor e Vítima e Tipo de Relação.

Essas variáveis têm grande importância para se desenvolver a compreensão acerca das circunstâncias que desencadeiam muitas das ocorrências com desfecho de morte intencional. Pela análise propiciada pela leitura das ocorrências, foi possível verificar uma grande diversidade de situações distintas, como mortes causadas por passionalidade conjugal, desavenças familiares, conflitos comunitários (entre vizinhos), brigas de trânsito. Porém, é claro, que outros motivos importantes que explicam a grande quantidade de mortes intencionais ocorrem. É o caso das ações em decorrências de ataques de grupos criminosos armados pertencentes ao tráfico de drogas e às milícias com parcela de representação nos números totais. Assim como mortes resultantes da atividade policial, seja através da reação de algum profissional de segurança pública, normalmente de folga, a uma abordagem criminosa contra si ou contra terceiros. Ou ainda, em situação de efetiva atuação profissional, quando o delegado responsável pela análise da ocorrência entendeu estarem ausentes os elementos parametrizadores para o

²¹ Categoria criada através da Lei nº 7.448 de 13/10/2016; portanto, os Registros realizados antes dessa data não possuíam essa obrigatoriedade para especificar os homicídios contra mulheres em decorrência de gênero, por isso apenas um RO foi reclassificado para feminicídio.

enquadramento da ação como Homicídio Proveniente de Oposição à Intervenção Policial.

Como será demonstrado no momento da análise dos dados coletados, é grande a incidência no rol de autores de pessoas que fogem do estereótipo do criminoso típico. Ao contrário do que Michel Misse descreve com brilhantismo em relação às chamadas “classes perigosas” e de sua conseqüente sujeição criminal.

As minhas pesquisas têm me conduzido à constatação de que há vários tipos de subjetivação que processam um sujeito não revolucionário, não democrático, não igualitário e não voltado ao bem comum. O mais conhecido desses tipos é o sujeito que, no Brasil, é rotulado como “bandido”, o sujeito criminal que é produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais. Não é qualquer sujeito incriminado, mas um sujeito por assim dizer “especial”, aquele cuja morte ou desaparecimento podem ser amplamente desejados. Ele é agente de práticas criminais para as quais são atribuídos os sentimentos morais mais repulsivos, o sujeito ao qual se reserva a reação moral mais forte e, por conseqüente, a punição mais dura: seja o desejo de sua definitiva incapacitação pela morte física, seja o ideal de sua reconversão à moral e à sociedade que o acusa. O eufemismo de “ressocialização” ou de “reinserção social” acusa, aqui, por denotá-la, a “autonomia” desse “sujeito”, e paradoxalmente a sua “não sujeição” às regras da sociedade.

A minha questão envolve a constatação de uma complexa afinidade entre certas práticas criminais – as que provocam abrangente sentimento de insegurança na vida cotidiana das cidades – e certos “tipos sociais” de agentes demarcados (e acusados) socialmente pela pobreza, pela cor e pelo estilo de vida. Seus crimes os diferenciam de todos os outros autores de crime, não são apenas criminosos; são “marginais”, “violentos”, “bandidos”.

A sujeição criminal também se “territorializa”, ganha contornos espaciais e amplifica-se nos sujeitos locais e mesmo nas crianças e adolescentes cuja sujeição é esperada. Como tal, não pode ser compreendida exclusivamente apenas no plano da interação contextual e do desempenho de papéis sociais, pois se mostra ancorada num plano macro de acumulação social da violência em tipos sociais constituídos e representados por sujeitos criminais produzidos em contextos sócio-históricos determinados. (MISSE, 2010, p.19-20).

Foi verificada, que não é incomum a grande incidência do que pode ser chamado de criminoso ocasional. Ou melhor, há os que praticam o crime de uma ocasião, cometido por pessoas inseridas dentro de uma rotina social reconhecida e que inclui atividades profissionais, sem ligação com qualquer atividade ilegal prévia. Essas, por algum problema de natureza diversa acabam por resolver seus conflitos pelo cometimento de um homicídio. Isto pode ser atestado através da apresentação dos tipos de vínculos prévios entre autor e vítima.

Mas no conjunto do “Maracanã” tiveram representação significativa as ocorrências de mortes intencionais resultantes de conflitos vinculados às atividades ilegais organizadas por traficantes de drogas e milicianos, em que tanto a vítima quanto o autor estão envolvidos diretamente ou indiretamente. Esse embates surgem por conflitos de diversas naturezas como os que ocorrem por disputas territoriais, desavenças internas, rivalidade entre grupos distintos, ou apenas por demonstração de força. Essas situações corroboram o pressuposto inicial da pesquisa de que, em muitos dos casos, a condição do papel de autor e vítima é meramente circunstancial, estando separada apenas por uma linha tênue que torna o desfecho e a definição prévia imprevisíveis.

Em relação à variável de Relação Prévia, na categoria Homicídios Dolosos, descrita na tabela 12, em 217 RO houve identificação civil confirmada de 340 autores para 162 casos. Do total, 247 (72%) foram qualificados com comprovada relação prévia com a vítima. O vínculo estabelecido era de diversas naturezas, podendo ser familiar, comunitário, e mesmo em decorrência do agrupamento para o exercício de atividades ilegais. Em contrapartida, em 46 ocorrências com 84 agressores qualificados, representando 25% do total, não foi encontrado vínculo prévio entre autor e vítima. A morte decorreu de um conflito surgido e resolvido no mesmo momento. Por exemplo, foi o caso de conflitos resultantes de brigas de trânsito ou de reação a um assalto em que a vítima matou o ladrão. Em nove ocorrências (3%), não ficaram claras na descrição da dinâmica do Registro de Ocorrência, se havia relacionamento prévio entre os envolvidos, assim como faltavam dados sobre as circunstâncias causadoras do desfecho.

Tabela 12: N° de casos de Homicídios Dolosos em 2015 Segundo a Relação Prévia

| Relação Prévia | Quantidade de Casos | Quantidade de Autores | Frequência Relativa |
|-----------------------|----------------------------|------------------------------|----------------------------|
| S | 162 | 247 | 72% |
| N | 46 | 84 | 25% |
| I | 9 | 9 | 3% |
| Total Geral | 217 | 340 | 100% |

Fonte: ROWEB/PCERJ

Na sequência, em decorrência dessa variável de Relação Prévia entre autor e vítima, aliada à nova leitura do campo Dinâmica dos Registros de Ocorrências, foi possível criar as opções para a variável Tipo de Vínculo ou Tipo de Circunstância (circunstância de causa). Por conta disto, e mediante uma reflexão quanto à melhor

forma de classificação dessas relações, foram estabelecidas as seguintes opções: Cônjuge²², Familiar²³, Conhecidos²⁴, Tráfico²⁵, Milícia²⁶, Atividade Policial e Desconhecidos²⁷ e Não Especificada²⁸.

A variável Ocupação reuniu uma vasta relação para os autores, conforme tabela 13, propiciada pela amplitude de situações componentes da macrocategoria Letalidade Violenta. Como já dito, ela abarca, inclusive, o criminoso circunstancial, aquele que está formalmente inserido no mercado de trabalho, com seus direitos e deveres de cidadão em dia, mas que, em determinado momento, atenta contra a vida de um terceiro, o que resulta em morte. Foram contempladas 33 ocupações, além das opções “desempregados” e “não especificados/outros”. Dentre todas, as cinco ocupações mais representadas para os autores de Homicídios Dolosos são: autônomo com 19 (5,79%); policiais militares com 16 (4,71%); pedreiro/ajudante de pedreiro com 15 (4,41%); comerciário com 13 (3,82%) e estudante, também com 13 (3,82%).

A parcela mais robusta da variável Ocupação é composta, conforme tabela 13, justamente pelo significativo número de autores que tiveram o campo preenchido no Registro de Ocorrência com duas opções: (1) “não especificada” e “outros”, com 155 autores, correspondendo a 45,59% do total; e (2) 52 (15,29%) qualificados como “desempregados”. Esse alto percentual de autores não formalmente ocupados (60,88%) pode indicar que a maioria esteja envolvida em atividades produtivas ilegais e criminalizadas, como tráfico de drogas e participação em milícia.

²² Para o trabalho agrupou-se nesta opção pessoas com relação de casal ou ex-casal, independente da forma oficial atribuída por estes, podendo ser casados, namorados, amantes, concubinos e afins.

²³ Considerou-se as relações parentais consanguíneas diretas e as decorrentes de relação com parentes consanguíneos ou com cônjuges, exemplo: cunhados, genros e primos.

²⁴ Foram aglutinadas pessoas em que houve a clara referência da existência de contato ou convívio anterior ao momento da agressão causadora da morte, entre Autor e Vítima, incluindo vizinhos, amigos, colegas de trabalho, entre outras formas.

²⁵ Usou-se essa opção para os casos em que houve a verificação da clara comprovação da motivação para o crime estar vinculada a este tipo de atividade ilegal, a fim de garantir sua implantação, controle ou manutenção.

²⁶ Idem 23.

²⁷ Quando, de acordo com o campo Dinâmica, fica claro que Autor e Vítima não se conheciam previamente e as circunstâncias de causa não se enquadram nas opções anteriores.

²⁸ Utilizada nas circunstâncias em que não é possível definir a existência de relação prévia e nem o contexto em que se deu a agressão.

Tabela 13: N° de casos de Homicídios Dolosos em 2015 Segundo a Ocupação

| Ocupação | Frequência | Frequência Relativa ²⁹ |
|------------------------------|------------|-----------------------------------|
| Almoxarife | 1 | 0,29% |
| Atendente | 1 | 0,29% |
| Desempregado | 52 | 15,29% |
| Comerciário | 13 | 3,82% |
| Pedreiro/Ajudante | 15 | 4,41% |
| Autônomo | 19 | 5,59% |
| Aux. De Serviços Gerais | 3 | 0,88% |
| Borracheiro | 1 | 0,29% |
| Cabelereiro/Barbeiro | 3 | 0,88% |
| Carpinteiro | 1 | 0,29% |
| Carregador | 2 | 0,59% |
| Cozinheiro | 1 | 0,29% |
| Decorador | 1 | 0,29% |
| Do Lar | 3 | 0,88% |
| Eletricista | 1 | 0,29% |
| Estudante | 13 | 3,82% |
| Funcionário Público | 1 | 0,29% |
| Guarda Municipal | 1 | 0,29% |
| Jornaleiro | 1 | 0,29% |
| Manicure | 1 | 0,29% |
| Marceneiro | 1 | 0,29% |
| Mecânico/Serralheiro | 3 | 0,88% |
| Militar | 2 | 0,59% |
| Motociclista | 4 | 1,18% |
| Pintor | 3 | 0,88% |
| Policial Militar | 16 | 4,71% |
| Porteiro | 2 | 0,59% |
| Professor | 2 | 0,59% |
| Vigia/Vigilante | 6 | 1,76% |
| Motorista/Cobrador | 7 | 2,06% |
| Tec. Manutenção/Refrigeração | 2 | 0,59% |
| Bombeiro | 1 | 0,29% |
| Farmacêutico | 1 | 0,29% |
| Fotógrafo | 1 | 0,29% |
| Não Especificada/Outros | 155 | 45,59% |
| Total | 340 | 100,00% |

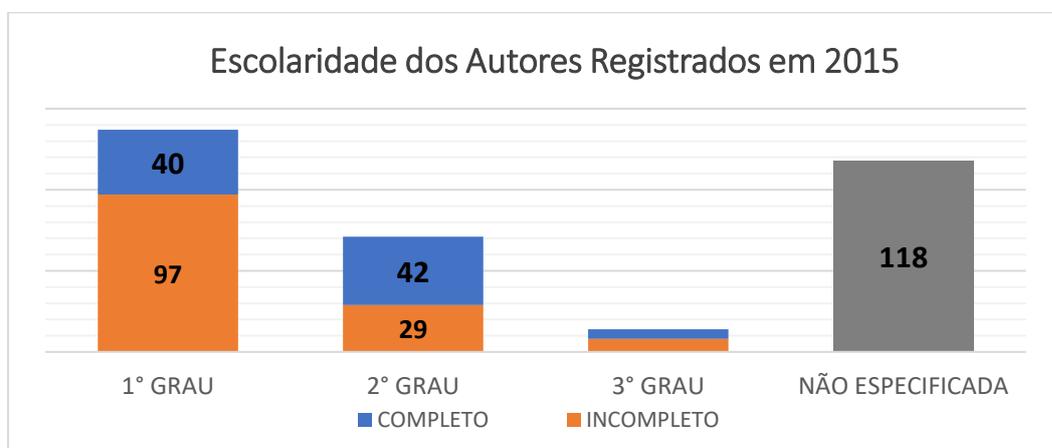
Fonte: ROWEB/PCERJ

A variável Escolaridade (Gráfico 4) trouxe a maior concentração de qualificados na faixa do 1º grau, com 137, sendo 97 com esse nível educacional incompleto e 40 com

²⁹ Nesta tabela, em virtude da grande quantidade de Ocupações com representação percentual sobre o total, foi adotado a estratégia de representar, mantendo as casas decimais dos valores verificados das frequências relativas.

a conclusão; no grupo de 2º grau, há 29 que não concluíram e 40 que concluíram; com 3º grau há oito com formação incompleta e seis com o nível completo. No entanto, para 118 autores qualificados não foi especificada a escolaridade, não sendo possível saber a motivação exata dessa falha: se ausência de possibilidade de verificação junto ao qualificado, se omissão do profissional responsável pela notificação ou, erro do banco de dados. O fato é que é muito alta a não informação sobre a escolaridade dos autores de homicídios dolosos qualificados. De qualquer forma, os dados apresentados mostram que o número menor é dos que possuem educação superior completa e o maior é dos que não concluíram nem o primeiro grau.

Gráfico 4: N° de casos de Homicídios Dolosos em 2015 Segundo a Escolaridade



Fonte: ROWEB/PCERJ

4.4 HOMICÍDIO PROVENIENTE DE OPOSIÇÃO À INTERVENÇÃO POLICIAL

A categoria Homicídio Proveniente de Oposição à Intervenção Policial, apesar de estar corretamente inserida na macrocategoria Letalidade Violenta, apresenta certas particularidades em relação às outras três apresentadas. Como são resultantes da conduta de agentes de segurança pública à serviço do Estado, os dados qualificativos presentes nos Registros de Ocorrências são diferentes dos constantes nos RO classificados nas outras categorias. Isso decorre do entendimento do gestor público da não necessidade de constar informações acerca de escolaridade, idade e cor do agente por exemplo. É possível atentar para outros dados relevantes acerca desse grupo de

autores, como sua unidade de lotação³⁰ e seu nome³¹ (atribuído em código), para verificação de quais Unidades apresentam maior índice de agentes autores desse tipo de homicídio.

A lógica das mortes classificadas nessa categoria é a presunção legal e moral de que elas são resultantes de uma ação legítima do Estado, através de seus agentes habilitados e legalmente amparados para e durante o exercício de suas funções. Sua função seria atender à necessidade de estancar uma ameaça real à sua própria integridade física ou à de terceiros, não havendo motivações objetivas para o agente se esquivar da execução da morte de um delinquente. Dentro dessa ótica, a expectativa sobre os dados referentes a essa categoria seria a de verificação dos altos índices de identificação de autores.

No entanto, de acordo com os dados do ISP-RJ, apesar de terem sido classificadas pela PCERJ como Homicídios Provenientes de Oposição À Intervenção Policial, das 307 mortes ocorridas no município do Rio de Janeiro no ano de 2015, apenas 84 mortes tiveram autores identificados, totalizando 143.

A polícia do Estado do Rio de Janeiro se organiza em duas instituições, uma a PCERJ, como já visto, responsável pelas atividades de polícia judiciária (polícia investigativa) e outra, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ, esta com atribuição constitucional de realizar o policiamento ostensivo e preventivo. Portanto, em decorrência desse modelo, no qual a PMERJ atua o tempo todo nas ruas, prevenindo e reprimindo crimes principalmente relativos a roubos e tráfico de drogas, o seu envolvimento em conflitos armados e, conseqüentemente, em ações das quais resultam vítimas fatais é muito mais recorrente do que os conflitos armados tendo como agente do Estado atuante a PCERJ.

Dessa forma, observa-se que os agentes da PCERJ foram qualificados como autores em um pequeno número de ocorrências de Homicídios Provenientes de Oposição à Intervenção Policial: um total de seis. Dessas, uma ocorrência teve uma vítima e três autores e outras três, cada uma com uma vítima e um AUTOR.

³⁰ Unidade na qual o Agente de Segurança Pública exerce sua atividade, nos casos de atividade-fim, normalmente o batalhão ou delegacia responde por um perímetro geográfico ou tipo de policiamento, nos casos das unidades de policiamento especializado.

³¹ Como já explicado anteriormente esta pesquisa não fez uso de nenhuma forma de descrição que possibilite a identificação de qualquer autor ou vítima, sendo atribuído um código para cada nome de autor e havendo a recorrência de seu nome, será contabilizado através de seu respectivo código.

Já a PMERJ, em razão da natureza de sua atividade e dinâmica de sua atuação, respondeu por 80 registros, com um total de 83 vítimas e 137 autores qualificados. Desse total, 15 agentes foram qualificados como autores em mais de um caso, em datas e locais diferentes: 13 agentes participaram duas vezes e outros dois aparecem como autores de três mortes por oposição à intervenção policial. O estudo comprova a recorrência da prática de homicídio por parte de alguns agentes, o que pode ser atribuído ao nível de conflagração armada dos grupos de traficantes ou milicianos nos locais onde suas Unidades operam e com os quais têm que lidar, de um lado. Ou de outro, ao tipo de atividade exercida. Não é objeto desta pesquisa a busca por explicações das engrenagens desencadeadoras desse panorama criminal. Isso exigiria um trabalho específico e com certeza, muito necessário.

Aliando a observação da lotação funcional dos agentes à leitura e análise do campo Dinâmica dessa categoria, fica evidente que a ampla maioria dos confrontos que traz a morte de civis decorre da atuação institucional para repressão da atividade ilegal do tráfico de drogas. Essa repressão tem um caráter muito específico, pois se refere, não à atuação contra o tráfico da droga chegando ou saindo do município, ou à sua circulação e comercialização pelas ruas da cidade. As ações que resultam em morte ocorrem nos locais em que os detentores do monopólio do comércio de drogas atuam mediante o uso ostensivo de armas de fogo e dentro de um rígido controle territorial. Faz parte da lógica desses grupos de tráfico, mostrar claramente que a presença policial nas localidades que consideram como dominadas por eles não é bem vinda e será repelida com violência e com uso de um poderio bélico. Por isso, o confronto entre eles e os policiais costumam desencadear ações violentas de elevado risco de morte para ambos os lados.

Ressalta-se que o objetivo deste trabalho não é avaliar, ratificar ou refutar o constante nos registros policiais oficiais. E, sim, descrever e analisar o apresentado nestes documentos, entendendo e acreditando na existência dos mecanismos legais de verificação do produzido, seja por parte dos envolvidos ou dos profissionais com atribuição de investigar esses fatos.

Tabela 14: Quantidade de Autores por Lotação

| Lotação | Contagem De Nome | Frequência Relativa |
|--------------------------|-------------------------|----------------------------|
| 41° BPM | 31 | 22% |
| Bope/Pmerj ³² | 21 | 15% |
| 9° BPM | 15 | 10% |
| 3ª UPP - 16° BPM | 10 | 7% |
| 14° BPM | 8 | 6% |
| 27° BPM | 8 | 6% |
| 3° BPM | 5 | 3% |
| 2ª UPP - 16° BPM | 5 | 3% |
| 16° BPM | 5 | 3% |
| Core/Pcerj ³³ | 4 | 3% |
| Não Especificada | 4 | 3% |
| 3ª UPP - 4° BPM | 4 | 3% |
| 18° BPM | 3 | 2% |
| 2ª UPP - 4° BPM | 3 | 2% |
| Bac/Pmerj ³⁴ | 2 | 1% |
| 17° BPM | 2 | 1% |
| 1ª UPP - 6° BPM | 1 | 1% |
| 4ª UPP - 4° BPM | 1 | 1% |
| 4ª UPP - 3° BPM | 1 | 1% |
| 4ª UPP - 6ºbpm | 1 | 1% |
| 6° BPM | 1 | 1% |
| Dpma/Pcerj ³⁵ | 1 | 1% |
| 7° BPM | 1 | 1% |
| 2ª UPP - 3° BPM | 1 | 1% |
| 15° BPM | 1 | 1% |
| 23° BPM | 1 | 1% |
| 2ª UPP - 23° BPM | 1 | 1% |
| Bpge/Pmerj ³⁶ | 1 | 1% |
| 1ª UPP - 4° BPM | 1 | 1% |
| Total Geral | 143 | 100% |

Fonte: ROWEB/PCERJ

Os dados coletados e apresentados na tabela 14 apontam o 41° BPM³⁷, situado no bairro de Irajá, como a Unidade da Polícia Militar com mais agentes qualificados como autores de homicídios Provenientes de Oposição à Intervenção Policial, com um

³² Batalhão de Operações Policiais Especiais – BOPE.

³³ Coordenadoria de Recursos Especiais – CORE, unidade de ações especializadas da PCERJ e responsável por apoiar as demais unidades e operações em áreas conflagradas.

³⁴ Batalhão de Ações com Cães – BAC da PMERJ, com atuação em varreduras em locais conflagradas na busca por armas e drogas.

³⁵ Delegacia de Polícia de Meio Ambiente – DPMA vinculada a PCERJ.

³⁶ Batalhão de Polícia de Grandes Eventos – BPGE, criado pela PMERJ para atender as demandas de policiamento durante os grandes eventos realizados no Rio de Janeiro, como Copa do Mundo, Olimpíadas entre outros.

³⁷ Batalhão de Polícia Militar;

total de 31 autores. Esse batalhão responde por uma área com diversos locais sob forte influência de facções criminosas³⁸ vinculadas ao tráfico de drogas ilícitas, que exercem seu domínio através do uso ostensivo de armas de fogo. Destacam-se os Complexos³⁹ do Chapadão e da Pedreira. Depois do 41º Batalhão, aparece o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) com 21 agentes qualificados como autores. O BOPE atua tanto em operações de combate às facções criminosas em favelas e morros, em situações que quase sempre se apresentam como confronto armado. Sua ação quase sempre resulta em vítimas de ambos os lados e, até mesmo inocentes acabam envolvidos diretamente no conflito. Em geral, seu acionamento ocorre para auxiliar agentes de outras unidades que já estão envolvidos em algum confronto e em posição de fragilidade. Nesses casos, muitas vezes, os policiais encurralados em áreas conflagradas e em posição de inferioridade em relação às facções criminosas demandam apoio emergencial. A unidade mais preparada para esse tipo de intervenção é o BOPE que atua em todo o estado do Rio de Janeiro. Alguns outros batalhões de área⁴⁰, com perfil semelhante ao 41º também se destacam na lista de policiais como autores. É o caso do 27º BPM de Santa Cruz com oito qualificados; o 14º BPM de Bangu também com oito qualificados e o 9º BPM de Rocha Miranda com 15 qualificados. Além dos batalhões, outras unidades que aparecem com recorrência na lotação dos qualificados. É o caso de algumas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), cujo programa de segurança pública do governo do Estado do Rio de Janeiro foi contextualizado e descrito por Henriques & Ramos (2010) como:

Algumas características da violência no Rio de Janeiro, únicas no cenário nacional e raras no contexto internacional, pela presença de grupos criminosos armados controlando amplos territórios urbanos por mais de duas décadas, justificaram a definição de objetivos bastante específicos para a intervenção policial que se desenvolveu a partir de dezembro de 2007, com a criação das Unidades de Polícia Pacificadora, as UPPs. Basicamente, o modelo policial, segundo documentos da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, tem como objetivos: i) retomar o controle estatal sobre comunidades atualmente sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada; ii) devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas, necessárias ao exercício e desenvolvimento integral da cidadania; iii) contribuir para quebrar a lógica de “guerra”

³⁸ Forma de organização de quadrilhas vinculadas ao tráfico de drogas que controlam territórios em morros e favelas do Rio de Janeiro, atuando também dentro do Sistema Penitenciário;

³⁹ Conjunto de morros e favelas que em decorrência de seu crescimento espacial vão se ligando gerando a aparência de tratar-se de uma única.

⁴⁰ Unidade de Polícia Militar com definição de atribuições de policiamento por área geográfica previamente delimitada.

existente no estado do Rio de Janeiro. Segundo o mesmo documento, as UPP não têm por objetivo: i) acabar com o tráfico de drogas; ii) acabar com a criminalidade; iii) apresentar-se como solução para todas as comunidades; iv) transformar-se na panaceia para todos os problemas socioeconômicos das comunidades. Observa-se, portanto, que as UPP, diferentemente de outras experiências de redução da violência, não correspondem a um amplo programa de prevenção policial da criminalidade em todo o território urbano, mas a um processo específico de retomada de territórios controlados por criminosos. (HENRIQUES & RAMOS, 2010, p. 1-2)

Em relação ao panorama atual do programa de pacificação promovido pelo governo do estado do Rio de Janeiro, que já vinha dando claros sinais de desgastes, Mussumeci (2017) aponta:

Antes de mais nada, seria fundamental uma avaliação séria dos erros e omissões havidos durante o processo, em lugar da fuga para o discurso belicista, como vem ocorrendo, e para a decretação de que o modelo em si mesmo era inviável, diante do poderio dos “inimigos” armados. Não só a UPP mostrou, no início, ser uma estratégia muito mais eficaz de redução da violência nas favelas e no seu entorno do que a tradicional “guerra às drogas” (cf. Cano, Borges e Ribeiro 2012) como é altamente provável que, se o projeto tivesse sido implantado e desenvolvido conforme as suas diretrizes originais, o tráfico armado não teria voltado com tanta força às comunidades ocupadas. Em outras palavras, as UPP não faliram porque o tráfico voltou; o tráfico se reempoderou à medida que as UPP entravam em decadência com a expansão irresponsável do projeto; com o abandono do policiamento de proximidade; com a redução do controle sobre desvios e abusos policiais; com a desistência de estabelecer mecanismos rotineiros de monitoramento, avaliação e planejamento; com o baixo investimento em inteligência e investigação, capaz de prevenir invasões e entrada de armas; com a falta de coordenação entre a Polícia Militar e a Civil; com a evaporação da UPP Social e com a subordinação da política de segurança à agenda econômica, esportiva e eleitoral. (MUSSUMECI, 2017, p. 54)

Essas perspectivas colaboram para explicar a relevante representação das UPP no rol das unidades de lotação dos Policiais Militares qualificados como autores nesta categoria de Letalidade Violenta. Dentre essas estão, principalmente, as diversas UPP instaladas nos Complexos da Penha e do Alemão, subordinadas ao 16º BPM de Olaria, com 15 qualificações de agentes, e as instaladas nos Complexos do Caju e São Carlos, ao 4º BPM de São Cristóvão, com nove qualificados.

5 ANÁLISE DE RESULTADOS

Após a coleta e apresentação dos dados é possível realizar uma análise para delinear o perfil dos autores de Letalidade Violenta no município do Rio de Janeiro, tendo como marco temporal o ano de 2015, entendendo-se que, apesar das limitações do tempo pesquisado, foi possível compreender quem mata na sociedade carioca.

Como já descrito, a macrocategoria Letalidade Violenta é composta por quatro categorias distintas – formas como a instituição policial classifica os homicídios - com sua singularidades e consequente perfil dos autores, como será demonstrado.

Como os Homicídios Provenientes de Oposição à Intervenção Policial decorrem de uma situação com caráter bastante distinto em relação às outras, inclusive por não disponibilizar as mesmas variáveis das demais categorias (como cor e idade por exemplo), a análise acerca de seus dados foi realizada, em grande parte, de maneira única, sem aglutinação com as outras três.

5.1 SEXO

O perfil dos Autores de mortes decorrentes de agressões intencionais nas três categorias restantes, no recorte gerado por esta pesquisa, como demonstrado no gráfico 7, aponta para uma supremacia da presença de homens em detrimento às mulheres no rol de qualificados, totalizando 367 homens e 24 mulheres, o que, respectivamente, corresponde a 94% e 6%.

5.2 COR

Em relação à cor, nas três categorias analisadas, houve predominância de autores com a cor parda, 165 ou 42%, seguida da cor branca, com 118, representando 30%, e 92 ou 24% de cor negra, restando 16 ou 4% que não tiveram essa informação específica nos Registros de Ocorrências.

Quando se considera o modelo de representação populacional através da cor/raça utilizado pela demografia tradicional e pelo IBGE, verifica-se o que Oliveira (2004, p. 58) refere: “Um outro dado que merece destaque é que a população negra, para a demografia, é o somatório de preto + pardo. Cabe ressaltar, no entanto, que preto é cor e negro é raça. Não há “cor negra”, como muito se ouve. Há cor preta”. As opções da variável cor, no âmbito dos sistemas da PCERJ, têm um erro desde o nascimento, pois

onde está a possibilidade [cor] negra deveria constar [cor] preta, assim como é utilizado pelo IBGE, com as possibilidades variando entre brancos, pretos, pardos, amarelos e indígenas.

Quando se amplia o escopo e se utiliza a classificação metodológica do IBGE e se admite que os pretos e pardos compõem a raça negra, chega-se a 68% dos autores qualificados de homicídio, nos marcos deste trabalho, num total de 257 agressores. Parece que a população negra não figura nesse cenário de violência local existente só como vítima; ela está também significativamente representada como agressora, particularmente pela participação ou proximidade com grupos envolvidos em atividades ilegais.

5.3 FAIXA ETÁRIA

Os resultados condensados acerca da idade dos autores nas três categorias de crimes, de acordo com a tabela 15, demonstram que a faixa etária 20-29 anos concentra quase metade do total de qualificados, 185 (47%). Há uma sequência etária inversa conforme aumenta a idade, pois esse grupo é seguido pelo de 30-39, com 103 autores ou 26% dos qualificados; que por sua vez é acompanhado pelo segmento de 40-49 anos, com 51 qualificados, representando 13% do total. Os demais 52 autores representam 14% do total. Eles se diluem. São 29 agressores ou 8% com até 19 anos; 12 ou 3% entre 50-59 anos; 9 ou 2% com 60 anos ou mais. Em dois casos (1%), a idade não foi especificada.

Tabela 15: Faixa Etária dos Autores de Homicídios Dolosos, Latrocínio e Lesão Corporal Seguida de Morte.

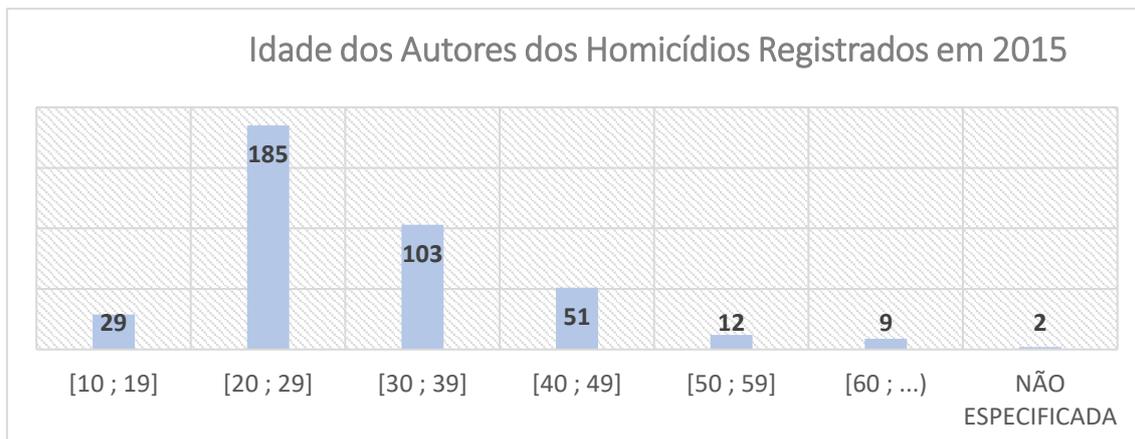
| Idade Autor | Frequência | Frequência Relativa |
|--------------------|-------------------|----------------------------|
| [10 ; 19] | 29 | 8% |
| [20 ; 29] | 185 | 47% |
| [30 ; 39] | 103 | 26% |
| [40 ; 49] | 51 | 13% |
| [50 ; 59] | 12 | 3% |
| [60 ; ...) | 9 | 2% |
| Não Especificada | 2 | 1% |
| Total Geral | 391 | 100% |

Fonte: ROWEB/PCERJ

O gráfico 5 facilita a compreensão do crescimento, auge e declínio do quantitativo de autores por faixa etária, tendo seu auge, justamente, na faixa

compreendida entre e 20 e 29 anos, exatamente a mesma em que há a maior vitimização entre homens, como está muito bem descrito no Anuário da Violência de autoria de Daniel Cerqueira (2016).

Gráfico 5: Autores por Faixa Etária de Homicídios Dolosos, Latrocínios e Lesões Corporais Seguidas de Morte.



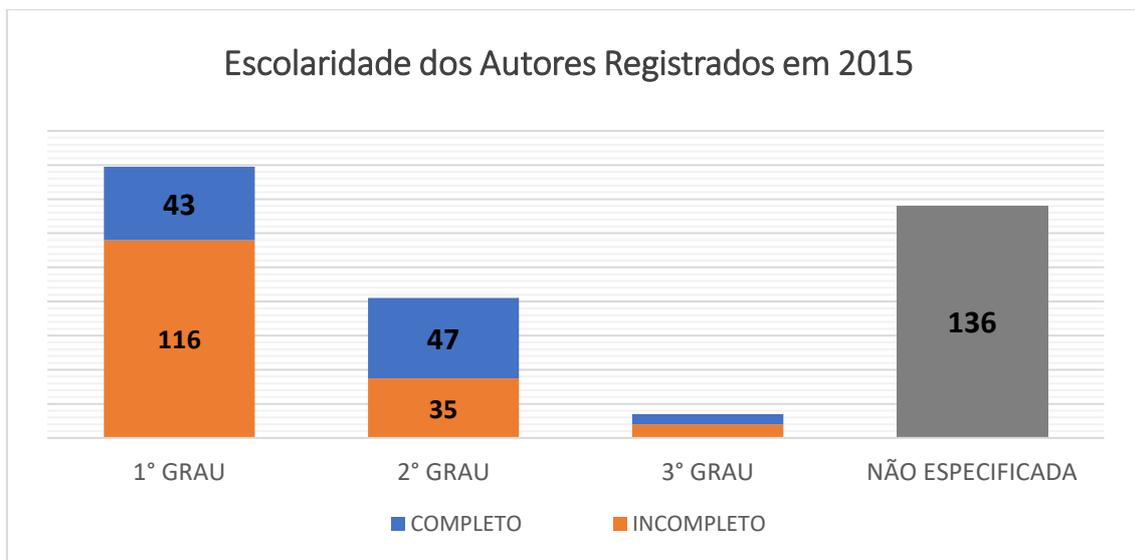
Fonte: ROWEB/PCERJ

5.4 ESCOLARIDADE

A variável escolaridade dos autores das três categorias que compõem a macrocategoria Letalidade Violenta apresenta o seguinte panorama: 159 tinham até o 1º grau, sendo que 43 haviam completado esse nível e 116 não. Com 2º grau encontraram-se 82 agressores, dos quais 47 haviam completado o curso e 35, não. Possuindo 3º grau, 14 autores foram encontrados, seis com formação completa e oito com formação incompleta.

É importante ressaltar que a variável sobre escolaridade só foi encontrada nos registros de 255 dos 391 autores qualificados no universo das três categorias. Para 136 agressores, aproximadamente 35% do total, essa informação não estava especificada no banco de dados. Tal falha, como já comentado anteriormente, pode se dever a diversos motivos, como má alimentação do banco pelos agentes, impossibilidade de verificação junto ao autor sobre esse quesito ou, até mesmo, recusa dele em prestar esta informação.

Gráfico 6: Autores por Escolaridade de Homicídios Dolosos, Latrocínios e Lesões Corporais Seguidas de Morte.



Fonte: ROWEB/PCERJ

Apesar das falhas, os dados são importantes para explicitar que a maior concentração de autorias, no recorte pesquisado, está nos grupos com menor grau de instrução, sendo o quantitativo de autorias inversamente proporcional ao crescimento no nível escolar. Esta constatação traz duas reflexões acerca dessa variável: em primeiro lugar, um menor nível de escolaridade pode trazer um aumento da dificuldade de resolução de conflitos de forma diversa da violência física; em segundo lugar, pode-se pensar que esse menor nível escolar pode representar a inserção desses autores em grupos vinculados à milícia e, principalmente, ao tráfico de drogas – atividades estas que, historicamente, arregimentam jovens para compor suas fileiras. Possivelmente, de um lado, a baixa escolaridade e a consequente redução das oportunidades formais de trabalho numa sociedade cada vez mais competitiva, não favorecem a empregabilidade. De outro, a reduzida escolaridade aumenta o atrativo das ofertas sedutoras, apresentadas pelas atividades ilegais vinculadas ao tráfico de drogas e à milícia, pois, como discorrido por Cruz Neto et al (2001), a participação de jovens no tráfico de drogas enfrenta o seguinte dilema:

Diante da realidade social que vivencia, as possibilidades de escolha construídas por esse jovem subdividem-se basicamente em duas vertentes: ser um trabalhador pouco qualificado, com baixíssima remuneração, ou entrar para a vida no tráfico, que, apesar de arriscada e ‘sinistra’, irá garantir-lhe ganhos bem mais elevados e, conseqüentemente, a satisfação de um número maior de necessidades, em especial as ligadas à aquisição de bens de consumo. Essas opções, além de relacionarem-se ao campo da subjetividade humana, estão

nitidamente vinculadas à luta por meios de sobrevivência em uma sociedade cada 180 vez mais competitiva e injusta, na qual paira o espectro do desemprego, do trabalho temporário e informal. (CRUZ NETO et al, 2001, p. 179)

No entanto, essa abordagem não guarda qualquer proximidade com o chamado “determinismo social”, segundo o qual, a presença do indivíduo em um ambiente conflituoso e violento é decisiva para explicar e prever condutas sociais ilegais. Embora sejam reais as condições adversas desses indivíduos no presente e futuro, reduzindo a relevância das escolhas individuais, o cotidiano carioca está repleto de exemplos de jovens pobres, que moram em áreas dominadas por traficantes e milícias que estudam, trabalham e conseguem se projetar. Como lembra Sartre em sua última entrevista ao “Le Nouvel Observateur” (28/1/1970, p.3), “nós somos o que conseguimos fazer com o que fizeram de nós”:

A ideia que eu nunca deixei de desenvolver é que finalmente cada um é sempre responsável pelo que fizeram dele – mesmo que ele não possa fazer nada mais do que assumir essa responsabilidade. É a definição que eu daria de liberdade: este pequeno movimento que faz de um ser social totalmente condicionado, uma pessoa que não constitui a totalidade do que recebeu de seu condicionamento. Que fez de Jean Genet um poeta, por exemplo, porquanto ele tenha sido rigorosamente condicionado para ser um ladrão.

5.5 OCUPAÇÃO

Esta variável, em relação às três categorias, está demonstrada na tabela 16 e contribuiu para reforçar a percepção acerca de alguns aspectos relevantes, como a grande diversidade de ocupações verificadas nos dados qualificativos dos autores e também o grande número de pessoas com atividades “não especificadas”. O que é relevante para demonstrar significativa parcela de qualificados que ou estão sem ocupações produtivas formais ou então, possivelmente, vinculados a formas de atividades produtivas ilegais como o tráfico de drogas ou a milícia.

Tabela 16: Quantidade por Ocupação dos Autores de Homicídios Dolosos, Latrocínio e Lesão Corporal Seguida de Morte.

| Ocupação | Frequência | Frequência Relativa |
|------------------------------|------------|--------------------------|
| Almoxarife | 1 | 0% |
| Atendente | 1 | 0% |
| Desempregado | 63 | 16% |
| Comerciário | 17 | 4% |
| Pedreiro/Ajudante | 18 | 5% |
| Autônomo | 20 | 5% |
| Aux. De Serviços Gerais | 3 | 1% |
| Borracheiro | 1 | 0% |
| Cabelereiro/Barbeiro | 4 | 1% |
| Carpinteiro | 1 | 0% |
| Carregador | 2 | 0% |
| Cozinheiro | 1 | 0% |
| Decorador | 1 | 0% |
| Do Lar | 3 | 1% |
| Eletricista | 1 | 0% |
| Estudante | 15 | 4% |
| Funcionário Público | 1 | 0% |
| Guarda Municipal | 1 | 0% |
| Jornaleiro | 1 | 0% |
| Manicure | 2 | 0% |
| Marceneiro | 1 | 0% |
| Mecânico/Serralheiro | 3 | 1% |
| Militar | 2 | 0% |
| Motociclista | 4 | 1% |
| Pintor | 3 | 1% |
| Policial Militar | 17 | 4% |
| Porteiro | 2 | 0% |
| Professor | 2 | 0% |
| Vigia/Vigilante | 6 | 2% |
| Motorista/Cobrador | 9 | 2% |
| Tec. Manutenção/Refrigeração | 2 | 0% |
| Bombeiro | 1 | 0% |
| Farmacêutico | 1 | 0% |
| Fotografo | 1 | 0% |
| Não Especificada/Outros | 180 | 46% |
| Total | 391 | 100%⁴¹ |

Fonte: ROWEB/PCERJ

⁴¹ Foi registrada na tabela a frequência relativa das Ocupações com 1% ou mais Autores do total, representando 94%, estando os 6% restantes distribuídos nas Ocupações com menos de 1% das qualificações e, por isso, representados como 0%.

Os resultados mostram que praticamente metade dos qualificados, ou seja, 180 que representam 46% do total não tiveram a informação da variável Ocupação apresentada com dados precisos. A explicação para essa falha já observada também na análise de outras variáveis, costuma ser: inadequada alimentação dos dados, falhas do sistema, impossibilidade de verificação junto ao qualificado, recusa de prestação da informação pelo agressor, ou até mesmo por uma particularidade dessa variável e das opções geradas pelo sistema. A opção ‘Não especificada/outros’ recobre os vazios, se o que é informado não se enquadra em nenhuma das opções classificatórias do sistema. Quando se alia a opção “Não especificada/outros” à opção “Desempregado”, esta última com 63 autores qualificados ou 16% do total, e a anterior com 180, encontram-se 243 agressores (62%) não vinculados a atividades produtivas regulares. Da mesma forma que ocorre com a variável “Escolaridade”, a pouca clareza das informações sobre Ocupação sugere que em Outros se esconde a adesão a atividades ilegais, como o tráfico de drogas e a participação em milícias.

Os 38% de autores restantes diluem-se em 33 ocupações distintas, atingindo, no máximo, 5% do total geral no caso das opções “Pedreiro/Ajudante” e “Autônomo”, passando por Comerciante (4%), Policiais Militares (4%), Estudantes (4%) e Do lar (1%).

Nesse conjunto de informações, chama atenção o fato de terem sido encontrados menos policiais militares do que pedreiros/ajudantes entre os autores, por exemplo, tendo em vista a percepção social geral de que os policiais, frequentemente, se envolvem em situações que resultam em violências e agressões físicas como agressores ou vítimas. É importante lembrar que as condutas dos policiais militares como autores, em serviço ou não, quando não passíveis de serem classificadas como Homicídios Provenientes de Oposição à Intervenção Policial, em virtude da ausência de algum dos requisitos - segundo a avaliação da autoridade policial - levam conseqüentemente ao seu enquadramento nas demais categorias de “Letalidade Violenta”. Como exemplo de situações passíveis desse entendimento cita-se a reação do policial a uma tentativa de assalto, a uma briga, ou inclusive, a uma execução. Apesar dessas circunstâncias que se constata empiricamente, foram encontrados mais autores nas categorias de Lesão Corporal Seguida de Morte, Latrocínio e Homicídio Doloso com ocupação de pedreiro/ajudante ou autônomo do que de policial militar.

Essa discrepância demonstra que, muitas vezes, as circunstâncias e o ambiente social dos envolvidos são mais relevantes para codificar situações de conflitos que têm como resultado a morte, do que propriamente a ocupação dos autores, mesmo que esta seja uma atividade em que seus membros andem armados sempre e devam agir em caso de perigo iminente contra si ou contra terceiros.

5.6 TIPOS DE AGRESSÃO

Este segmento da análise dos dados verificados ao longo da pesquisa conjuga as três categorias: Roubo Seguido de Morte (Latrocínio) e Lesão Corporal Seguida de Morte e Homicídio Doloso. Porém, esta última, por ser uma tipologia mais robusta e comportar uma variedade maior de condutas agressoras, possui um sistema de subclassificações das mortes, no qual podem ser considerados: (1) o meio empregado para causá-la: arma branca; arma de fogo; asfixia; paulada e queimadura; (2) quem era a vítima no caso do Feminicídio⁴²; e (3) em caso de não enquadramento adequado nas tipificações anteriores, subclassificar como “Outros”.

Seguindo os parâmetros oficiais, foi possível contabilizar a média de autores por vítima, de acordo com o tipo de agressão, o que contribui para formar a compreensão da razão de alguns tipos alcançarem maior número de agressores qualificados.

Como essa pesquisa se restringiu aos RO em que pelo menos um autor tenha tido sua identidade civil confirmada, a tabela 17 demonstra média de autoria por vítima foi sempre igual ou superior a um, chegando até a 2,3 no caso do homicídio por paulada. Nesse caso foram nove os qualificados para quatro vítimas. Em seguida, com média mais elevada, vem o latrocínio, com 46 identificados e 26 vítimas, média de 1,8. Por fim, o homicídio por arma de fogo com 156 qualificados e 99 vítimas, média de 1,6.

⁴² Como já descrito, surgiu como subclassificação em 2016, após a confecção inicial dos ROs objetos dessa pesquisa, por isso sua baixa utilização.

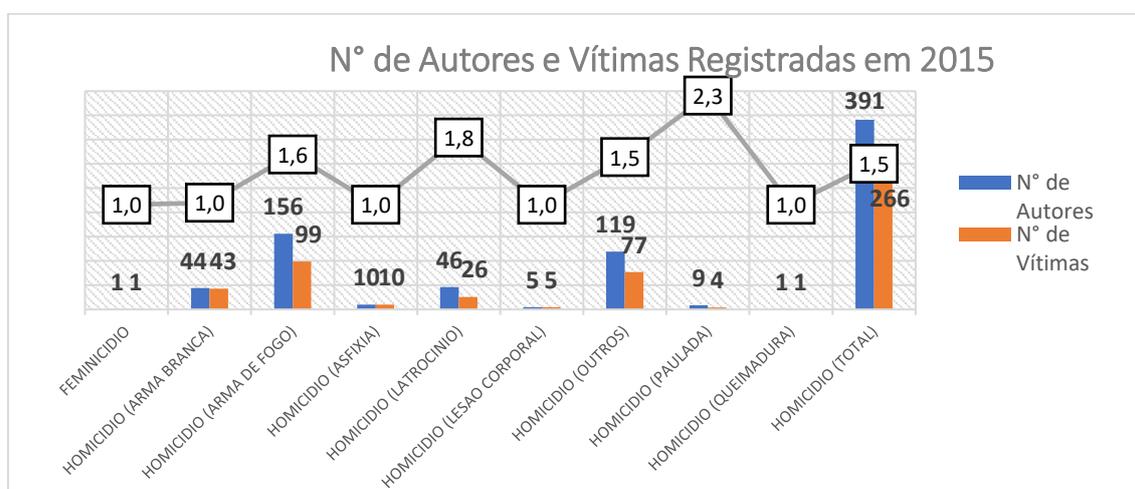
Tabela 17: Média de Autores por Vítima de Homicídios Dolosos, Latrocínios e Roubos Seguidos de Morte.

| Homicídio | Nº de Autores | Nº de Vítimas | Autor Por Vítima (Média) |
|----------------------------|---------------|---------------|--------------------------|
| Feminicídio | 1 | 1 | 1,0 |
| Homicídio (Arma Branca) | 44 | 43 | 1,0 |
| Homicídio (Arma de Fogo) | 156 | 99 | 1,6 |
| Homicídio (Asfixia) | 10 | 10 | 1,0 |
| Homicídio (Latrocínio) | 46 | 26 | 1,8 |
| Homicídio (Lesão Corporal) | 5 | 5 | 1,0 |
| Homicídio (Outros) | 119 | 77 | 1,5 |
| Homicídio (Paulada) | 9 | 4 | 2,3 |
| Homicídio (Queimadura) | 1 | 1 | 1,0 |
| Homicídio (Total) | 391 | 266 | 1,5 |

Fonte: ROWEB/PCERJ

Abaixo, no gráfico 7, demonstra-se sob forma gráfica, a variação da média de autores e vítimas, de acordo com o tipo de agressão, sendo representada a média geral de 1,5, com 391 autores qualificados e 266 vítimas.

Gráfico 7: Números de Autores e Vítimas de Homicídios Dolosos, Latrocínios e Lesões Corporais Seguidas de Morte – Razão de Chance de ocorrer.



Fonte: ROWEB/PCERJ

Foi possível analisar também a chance de existência de relação prévia da vítima com o ou os autores, de acordo, com o tipo de agressão sofrida, ficando demonstrando bem nitidamente que alguns tipos são característicos de pessoas que tinham algum tipo de convivência enquanto outros reduzem consideravelmente essa possibilidade.

5.7 RELACIONAMENTO PRÉVIO E TIPO DE RELAÇÃO

Essas duas variáveis serão analisadas em conjunto devido ao nexos que adquirem para compreensão do panorama dos homicídios intencionais no município do Rio de Janeiro, excluindo-se, como já sobejamente explicado, os Homicídios Proveniente de Oposição à Intervenção Policial de 2015. A pergunta natural que sucede à análise da variável “Relacionamento prévio” é quanto ao tipo de vínculo.

Como já descrito anteriormente, foi considerado que a existência de relação prévia e o tipo de vínculo entre um dos autores e a vítima em um caso concreto seria estendida a todos os demais autores do mesmo ato. As bases de dados foram organizadas levando em consideração o número de ocorrências (246), o total de vítimas (265) e 391 autores.

De acordo, com a tabela 18, em 166 das 246 ocorrências registradas havia relação prévia entre autores e vítimas, o que representa 68% do total. Em contrapartida, em 70 ocorrências ou 28% não havia esse tipo de relação; e em 10 casos ou 4%, não foi possível determinar a existência ou não de relação anterior. Neste estudo, não foi possível verificar se havia existência ou não da relação com o tipo de agressão classificada.

Tabela 18: Quantidade de Registros Homicídios Dolosos, Latrocínio e Lesão Corporal Seguida de Morte, por tipo de agressão (sendo I = Ignorado, N = Não e S = Sim).

| Crime | I | N | S | Total Geral |
|----------------------------|-----------|-----------|------------|--------------------|
| Feminicídio | | | 1 | 1 |
| Homicídio (Arma Branca) | | 1 | 41 | 42 |
| Homicídio (Arma De Fogo) | 4 | 27 | 52 | 83 |
| Homicídio (Asfixia) | | | 10 | 10 |
| Homicídio (Latrocínio) | 1 | 23 | 1 | 25 |
| Homicídio (Lesão Corporal) | | 1 | 3 | 4 |
| Homicídio (Outros) | 5 | 18 | 53 | 76 |
| Homicídio (Paulada) | | | 4 | 4 |
| Homicídio (Queimadura) | | | 1 | 1 |
| Total Geral | 10 | 70 | 166 | 246 |

Fonte: ROWEB/PCERJ

O resultados apresentados na tabela 18 trazem informações importantes para o delineamento do perfil dos autores dos homicídios. Por exemplo, em alguns tipos de agressão praticamente todas as ocorrências se deram com a existência de relacionamento prévio entre autores e vítimas: com uso de arma branca foram 41 em 42;

por asfixia, foram 10 em 10; por paulada, 4 em 4; com lesão corporal seguida de morte, 3 em 4; por queimadura, 1 em 1 e como feminicídio, também, 1 em 1.

Já nos homicídios por arma de fogo, num total de 83 registros, em 52 havia relações prévias entre autor e vítima. Apesar de apresentar uma proporção menor deste quesito quando comparado que os anteriores, é muito relevante o fato de em 2/3 dos casos, autor e vítima se conhecerem. A opção “Homicídios (Outros)” também apresentou na maioria de registros, a existência de relacionamento prévio entre agressor e agredido, sendo 53 num total de 76. O grupo que destoa dessa dinâmica de relação entre o par vítima/agressor é o Roubo seguido de Morte (Latrocínio). Como era de se esperar, em virtude de suas características particulares, em apenas um dos 25 registros constatou-se relacionamento prévio. Quanto aos RO a partir dos quais não foi possível confirmar ou refutar a existência de vínculo, a distribuição se deu da seguinte forma: quatro homicídios por arma de fogo; um roubo seguido de morte por latrocínio; e cinco homicídios classificados como “Outros”.

5.7.1 Homicídio por Arma de Fogo – Tipo de Relação

Em virtude desse tipo de homicídio doloso ter concentrado o maior número de registros, de vítimas e de autores qualificados, respectivamente 83, 99 e 156, entendeu-se como relevante verificar o tipo de vínculo existente entre autor e vítima para melhor compreender o perfil dos agressores que recorreram a armas de fogo para matar suas vítimas, conforme a tabela 19, abaixo:

Tabela 19: Quantidade Autores de Homicídio por Arma de Fogo – Tipo de Relação.

| Tipo de Relação | Frequência | Frequência Relativa |
|------------------------|-------------------|----------------------------|
| Tráfico | 81 | 52% |
| Conhecido | 22 | 15% |
| Milícia | 16 | 10% |
| Cônjuge | 5 | 3% |
| Atividade Policial | 9 | 6% |
| Desconhecido | 11 | 7% |
| Familiar | 7 | 4% |
| Não Especificada | 5 | 3% |
| Total Geral | 156 | 100% |

Fonte: ROWEB/PCERJ

A análise conjunta das duas variáveis revelou que 81 autores qualificados, ou 52% do total, cometeram o homicídio valendo-se de agressões através de armas de fogo

em circunstâncias envolvendo o tráfico de drogas, em várias situações: acerto interno de contas, disputas com grupos rivais por domínio de territórios, cobranças de dívidas ou, até mesmo e apenas demonstração de força. Os autores vinculados à milícia aparecem em terceiro lugar, com 16 autores representando 10% do total, em circunstâncias muitas vezes similares às que motivaram os assassinatos por tráfico de drogas. Portanto, quando se juntam essas duas atividades e ambientes relacionados as organizações ilegais, encontra-se quase uma centena de autores qualificados, (97), representando cerca de 2/3 do total dos agressores que cometeram homicídio com uso de armas de fogo. E 25% do total geral de autores qualificados, considerando as três categorias: Letalidade Violenta, Homicídios Dolosos, Latrocínios e Lesões Corporais seguidas de Morte. Outro aspecto que chamou atenção ao longo da coleta de dados e que, durante a análise, tornou-se mais patente e nítido, é uma característica peculiar do elevado número de agressores participantes nas mortes vinculadas ao tráfico de drogas: há situações em que são seis, sete, ou até mesmo, oito autores registrados para um caso.

O uso de arma de fogo – mas comum nos grupos de traficantes e milícias - mostrou-se relevante também na configuração da violência interpessoal. Armas foram utilizadas para agredir e matar por 22 AUTORES, 15% do total, em situações em que as vítimas eram conhecidas, A utilização desse meio por pessoas com vínculo de proximidade está em segundo lugar, de acordo com a tipologia estabelecida, sendo precedida apenas pelos traficantes e milicianos.

Todas as demais formas de vínculo e relacionamento responderam, cada uma, por menos de 10% do total de autores de morte pelo uso de arma de fogo, distribuindo-se da seguinte forma: desconhecidos 11 (7%); atividade policial, nove (6%); familiar, sete (4%); cônjuge, cinco 5 (3%) e não especificado 5 (3%). Totalizando 37 autores o que corresponde a 23% do total.

A forma de classificação pelo tipo de relação expõe, também, como, muitas vezes, a incapacidade de resolução de conflitos e divergências entre pessoas próximas, através do diálogo sem o direcionamento para a violência física, causa tragédias plenamente evitáveis. Isso fica claro quando se verifica que 22% dos autores de homicídios dolosos por arma de fogo possuíam algum tipo de relação mais próxima com a vítima, podendo ser conhecidos (15%), familiares (4%) ou cônjuges (3%), demonstrando uma intensidade das mortes em decorrência das relações interpessoais.

Essa referência é significativa para demonstrar que o fácil acesso às armas de fogo na sociedade fluminense não está restrito, apenas, aos agentes de segurança pública em serviço ou em horário de folga, e aos envolvidos com atividades criminosas minimamente organizadas como o tráfico de drogas e a milícia. Mas, diz respeito também, a pessoas das mais diversas ocupações, vizinhos e conhecidos, que acabaram se tornando autores de mortes, apesar da existência prévia de vínculo de proximidade e convivência com as vítimas, inclusive familiar em alguns casos.

Ao fazer uma comparação entre a variável “homicídios por arma de fogo” e as demais formas de agressão, fica claro que enquanto as atividades ilegais de tráfico de drogas e milícia respondem como as principais produtoras de autores na primeira variável, as mortes decorrentes de conflitos nas relações interpessoais são as mais representadas na segunda, com 46% do total de identificado, sendo 24% de conhecidos, 17 cônjuges e 5% de outros tipos de familiares. Como demonstrado na tabela 20, que dispensou a utilização dos dados da categoria Homicídios – Outros, em virtude da impossibilidade de precisar a forma de agressão nesses casos.

Tabela 20: Quantidade por Tipo de Relação Prévia entre Vítima e Autor – sem os Homicídios por Arma de Fogo e sem os Homicídios – Outros

| Relação | Frequência | Frequência Relativa |
|--------------------|-------------------|----------------------------|
| Tráfico | 4 | 3% |
| Conhecidos | 31 | 24% |
| Milícia | 3 | 2% |
| Cônjuge | 22 | 17% |
| Desconhecidos | 49 | 38% |
| Familiar | 6 | 5% |
| Não Especificada | 14 | 11% |
| Total Geral | 129 | 100% |

Fonte: ROWEB/PCERJ

Diante desses parâmetros de análise de dados, os resultados apresentados são bem distintos em relação ao panorama geral, pois, do total de 129 AUTORES qualificados, apenas quatro (3%) tinham relação com o tráfico de drogas e três (2%) possuíam vinculação com grupos milicianos. Não resta dúvidas de que a arma de fogo é o principal mecanismo de repressão, persuasão e morte hoje utilizado pela milícia e pelos traficantes de drogas da cidade do Rio de Janeiro.

Este resultado reforça a relação direta entre o grande acesso às armas de fogo por grupos criminosos e a adoção em larga medida desse recurso, como forma de

resolução de conflitos e demonstração de força e domínio sobre determinadas áreas do município. Devendo para essa reflexão se considerar também as mortes produzidas pela atividade policial, que em geral, adota a estratégia do confronto armado por parte das instituições de segurança pública contra a esses grupos criminosos como política de segurança pública. Mecanismo esse que inevitavelmente produz mortes causadas tanto pela Estado quanto por esses grupos, de pessoas diretamente ligadas a esses conflitos quanto de pessoas não ligadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os dados coletados, tratados e apresentados ao longo desta pesquisa buscou-se contribuir para o delineamento do perfil dos autores de mortes classificadas pela PCERJ, como provocadas por agressões físicas intencionais contra terceiros, durante o ano de 2015, no espaço geográfico do município do Rio de Janeiro.

Segundo os dados do ISP/RJ, no recorte pesquisado, foram classificadas como Letalidades Violentas 1.562 mortes, sendo 1.200 Homicídios Dolosos, 307 Homicídios Provenientes de Oposição à Intervenção Policial, 44 Latrocínios e 11 Lesões Corporais seguidas de Mortes. Ao longo do trabalho investigativo da PCERJ houve a identificação total de 483 autores, sendo 340 de homicídios dolosos, 143 de homicídios provenientes de oposição à intervenção policial, 46 de latrocínio e cinco de lesões corporais seguidas de morte.

Quando se verificou a proporção entre o número de mortes que produziram resultados positivos de qualificação de autores dentro de cada uma das categorias da letalidade violenta ficou patente o baixo índice elucidativo dos homicídios pela PCERJ no período estudado. Dos 1.200 homicídios dolosos, apenas 235 (aproximadamente 20%), chegaram pelo menos a uma autoria. No caso dos homicídios provenientes de oposição à intervenção policial, somente 83 mortes das 307 ocorridas tiveram autores identificados, totalizando 27%. Em 26 das 44 mortes por latrocínio foram elucidadas, representando 59%. E, dos 11 óbitos por lesões corporais seguidas de mortes somente cinco tiveram o autor qualificado, totalizando 45%. Ou seja, das 1562 mortes violentas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro em 2015, apenas 318 tiveram pelo menos um autor qualificado, o que representa 20% de elucidação dos casos. Considerando que esse é o número/percentual máximo de autores identificados e que no decorrer do processo judicial certa parcela de acusados é absolvida por falhas no decorrer do processo, a quantidade de autores efetivamente punidos será ainda menor.

No decorrer da pesquisa foi possível constatar também que algumas variáveis foram pouco ou mal preenchidas nos RO, o que dificulta uma análise mais fidedigna da dinâmica dos homicídios. Destaca-se principalmente a pouca atenção dada à variável “ocupação” nos registros. A motivação dessa peculiaridade pode ocorrer por falha no momento da inserção dos dados, por negligência do agente, contingência do sistema, impossibilidade de coleta das informações junto ao autor que recuse fornecer tal

informação. No entanto, porque a atividade laboral tem especial importância na vida dos indivíduos. Apesar dessa situação descrita mostrar-se desfavorável, foi possível fazer um bom aproveitamento dos dados efetivamente registrados. Sendo dessa forma possível traçar um perfil inédito e detalhado dos autor registrado com algumas características importantes.

De acordo, com a análise das três categorias: Homicídios Dolosos, Latrocínios e Lesões Corporais Seguidas de Morte o perfil geral dos autores qualificados apresentou a imensa maioria de homens, 94%, contra 6% de mulheres. Em relação a idade, os jovens adultos ressaltam. A faixa etária média é de 30,7 anos, e há uma concentração em dois grupos principais: o de 20-29 anos e o de 30'39. Essas duas faixas etárias somadas responderam por 54% do total de autores qualificados.

Em relação a variável cor/raça, apesar do critério classificatório da PCERJ adotar as opções “negra” e “parda” separadamente, segundo a metodologia do IBGE esta nomeação é um equívoco, pois “parda” diz respeito a cor, e “negra” corresponde à raça, sendo a cor parda uma das componentes da raça negra. Portanto, como critério para esse trabalho foi utilizado o modelo do IBGE aglutinando assim as opções do Banco de Dados PCERJ parda e negra. Os resultados apresentaram uma grande concentração de autores nesse grupo, com 66% dos qualificados, restando 31% registrados como brancos e 3% sem informação.

A variável escolaridade demonstrou a vinculação direta entre aumento do grau de instrução com a redução da chance de ser qualificado como autor de homicídio. Sugere-se que o aumento nos níveis escolares influi tanto na maior capacidade de resolução de conflitos e nas possibilidades de conseguir um emprego formal. Ao contrário, os dados mostram maior envolvimento dos indivíduos com menos escolaridade em atividades produtivas ilegais como nas atividades da milícia e no tráfico de drogas.

Em relação às ocupações dos autores, como dito, apesar da grande diversidade apresentada nas RO, um aspecto chama atenção e possui lógica similar à escolaridade. Verificou-se que 180 autores qualificados não tinham sem ocupação especificada, o que representa 46% do total (391). Esse resultado sugere que é nesse grupo que a milícia e o tráfico de drogas recrutam seus trabalhadores, visto que as atividades que desenvolvem dificultam a participação simultânea em alguma ocupação produtiva legal.

A existência de vínculo de proximidade anterior à agressão causadora da morte também foi uma situação relevante encontrada no estudo. Através de uma variável específica demonstrou-se que 64% dos autores qualificados já possuíam algum tipo de relação prévia com suas vítimas, seja em algum tipo de relação interpessoal ou em decorrência de atividade criminosa continuada como milícia e tráfico de drogas.

A variável referente aos tipos de relações prévias entre autores e vítimas em sua gama de possibilidades apresentou dados significativos demonstrando a relevância das mortes decorrentes de conflitos no âmbito das relações interpessoais, representando 39% do total. Esses tipos de vínculos foram registrados como familiares 6%, conhecidos 24% e cônjuges 9%. Apenas um feminicídio, assim tipificado, foi registrado. Essa invisibilidade se deve provavelmente ao fato de a obrigatoriedade de utilização da classificação para esse tipo de caso só ter sido instituída na PCERJ a partir de 2016. Portanto, ainda que configurassem feminicídio, outros crimes dessa natureza foram registrados como homicídio doloso.

Outro aspecto que se mostrou relevante no decorrer deste trabalho refere-se às mortes em decorrência dos homicídios dolosos por arma de fogo. De acordo com os dados obtidos, 52% dos autores qualificados nesta modalidade de violência tiveram o tráfico de drogas como circunstância de causa. Ao juntar o tráfico de drogas e a milícia nessa análise chega-se a 62% de autores de homicídios por arma de fogo, vinculados a atividades produtivas ilegais. Considera-se que os percentuais relativos às mortes cometidas por traficantes em relação a milícia, em virtude desses últimos utilizarem o artifício de desaparecer com os desafetos, dificultando a caracterização do homicídio, como menciona CANO (2012):

A violência letal é estarrecedoramente comum e todos os moradores relatam histórias sobre o assassinato de pequenos criminosos, na tradição do grupo de extermínio, e de pessoas que de algum modo contrariaram os ‘donos do poder’. Para muitas pessoas que foram socializadas nesse modelo de controle social truculento, o extermínio de pequenos criminosos e varejistas de drogas é algo natural e, inclusive, exigido do miliciano. Assim, muitos relatos sublinham a incerteza e o temor provocados pelo vácuo de poder decorrente do afastamento das milícias após as prisões dos seus líderes. (CANO, 2012, p. 130).

Mesmo supondo-se que haja uma subnotificação dos homicídios cometidos por milicianos e traficantes, causada pelas estratégias de desaparecimento da vítima, o número de óbitos registrados é estarrecedor. Segundo os dados da PCERJ, esses dois

grupos respondem por praticamente 2/3 de todas as mortes por arma de fogo na classificação “homicídios dolosos” que tiveram autores qualificados. Sua ação truculenta, portanto, é uma marca significativa para se entender o cenário da violência urbana no município do Rio de Janeiro.

Este estudo conseguiu delinear o perfil dos autores de letalidades violentas, no perímetro do município do Rio de Janeiro, durante todo o ano de 2015. São eles predominantemente homens jovens com até 29 anos, com baixa escolaridade e altos registros de desocupação ou subocupação, com inserção em atividades produtivas ilegais e práticas criminalizadas. Suas características guardam similaridade com o perfil das vítimas de mortes violentas no mesmo espaço urbano.

A categoria de “letalidade violenta dos homicídios proveniente da oposição à intervenção policial” foi analisada separadamente, uma vez que nem todas as variáveis presentes nas outras três categorias encontram-se disponíveis para estudo desse tipo de crime. Foram registradas 307 mortes causadas por agentes das forças de segurança no exercício de suas atividades, embora em apenas 83 (27%) dos Registros de Ocorrências houve a confirmação dos autores desses homicídios com 143 agentes identificados. Apesar dessas mortes serem aparentemente causadas por atuação legítima, a baixa quantidade de autores identificados causa estranhamento, pois seria esperada a autoidentificação dos profissionais. Apesar das lacunas, no entanto, foi possível tirar algumas conclusões: 94% dos policiais militares cuja autoria foi esclarecida, pela análise de sua lotação, atuavam em Unidades (Batalhões de área, Unidades de Operações Especializadas ou Unidades de Polícia Pacificadora) situadas em localidades conflagradas e presença ostensiva de armas e pessoas vinculadas ao tráfico de drogas.

Para finalizar, é preciso registrar a intenção que marcou a realização deste trabalho e é seu legado. Possibilitar a compreensão da dinâmica das mortes violentas causadas por agressões intencionais a terceiros, no município do Rio de Janeiro, no ano de 2015. De forma geral, é possível dizer que autores e vítimas não são necessariamente vinculados previamente a criminalidade, ao tráfico de drogas e à milícia. No entanto, essas atividades têm grande peso nos resultados verificados, em virtude dos recursos de coerção e legitimação que traficantes e milicianos detêm. Igualmente, existe também uma lógica de confronto das forças de segurança pública que acabam funcionando como um mecanismo produtor de mortes. A convivência da população em ambiente degradado socialmente e carente de oportunidades de mudanças estruturais de vida,

onde predomina uma forma de comunicação violenta contribui para que situações de desavenças ou diferenças interpessoais culminem tendo como desfecho o homicídio. Nesses casos, muitas vezes, nem autor e nem vítima têm perfil criminoso anterior. Os estudos mostram que a violência pessoal potencializa a violência comunitária e familiar e vice-versa.

Desta forma, este trabalho só ganha sentido se servir para esclarecer algumas questões e propor mudanças, como: (1) a arma de fogo tem um papel primordial na produção da violência criminal e interpessoal no Rio de Janeiro; (2) é preciso investir na educação das crianças e jovens oferecendo-lhes oportunidade de desenvolver suas melhores potencialidades. Os que têm pouco estudo, os que estão desempregados e os que povoam o mercado informal são os grupos mais vulneráveis a cometer e a sofrer violência; (3) pelo fato de se saber onde estão os pontos mais nevrálgicos de conflito e uso de armas de fogo, os policiais que atuam nessas localidades precisam de cuidado especial. Ninguém sai impune de uma morte de seu semelhante, principalmente, um agente da lei que precisa vigiar, cuidar e proteger; (4) é preciso investir em inteligência na segurança pública, para que diminuam as mortes nos confrontos e aumentar a efetividade da ação policial. Nesse sentido, um ponto que merece atenção é a própria reformulação dos instrumentos de registro criminal para que se tornem mais adequados à notificação dos fatos violentos que ocorrem na cidade.

7 BIBLIOGRAFIA

ARAGÃO, J. Introdução aos estudos quantitativos utilizados em pesquisas científicas. **Revista Práxis**, v. 3, n. 6, 2011.

BEATO FILHO, Cláudio C.. Políticas públicas de segurança e a questão policial. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 13, n. 4, p. 13-27, Dez. 1999. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400003>. Acesso em: 24 Fev. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado, 1988.

_____, **Decreto-Lei nº 2.848**, de 07 de dezembro de 1940. Estabelece o Código Penal Brasileiro, DF, 1940.

_____, **Decreto-Lei nº 3.689**, de 03 de outubro de 1941. Estabelece o Código de Processo Penal, DF, 1941.

_____, **Decreto nº 42.787**, de 06 de janeiro de 2011. Dispõe sobre a implantação, estrutura e funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Estado do Rio de Janeiro. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 07 de jan - 2011, p. 02.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. São Paulo: Atual Editora, 2009.

CANO, Ignacio & DUARTE, Thais. **“No sapatinho”**: a evolução das milícias no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

CASTRO, M.G; ABRAMOVAY, M. Jovens em Situação de Pobreza, Vulnerabilidades Sociais e Violências. **Cadernos de Pesquisa**: Autores Associados, n.116, p.143-176, julho, 2002.

CERQUEIRA, Daniel. Mortes violentas não esclarecidas e impunidade no Rio de Janeiro. **Economia Aplicada**. Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, p. 201-235, Junho 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502012000200001>. Acesso em: 12 Mar. 2019.

CERQUEIRA, D. R. C. et al (Orgs). **Atlas da Violência 2016 - IPEA**. Nota Técnica Ipea, n. 17. Brasília: março de 2016.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. **Nem soldados nem inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

DIRK, R.; MOURA, L. As motivações nos casos de letalidade violenta da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Cadernos de Segurança Pública**. Ano 9, n. 08. Julho, 2017. Disponível em: <<http://www.isprevista.rj.gov.br/download/Rev20170802.pdf>>.

DIRK, Renato. Homicídios dolosos no Rio de Janeiro: variáveis aleatórias. **O panorama dos homicídios no Brasil**. Segurança, Justiça e Cidadania / Ministério da Justiça, Ano 3, n. 6, Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), pp. 141-167, 2011.

EILBAUM, Lucia. **“O bairro fala”**: conflitos, moralidades e justiça no conurbano bonaerense. São Paulo: Hucitec Editora – ANPOCS, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir. história da violência nas prisões**. Tradução por Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1998.

HENRIQUES, R.; RAMOS, S. UPP Social: ações sociais para a consolidação da pacificação. **Rio: a hora da virada**. URANI, A.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.). Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2010

KANT DE LIMA, Roberto. **Direitos Civis. Estado de Direito e “Cultura Policial”**: A formação policial em questão. Rio de Janeiro: FESP/RJ, 1997.

_____. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro: Seus dilemas e paradoxos**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

_____. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. **Anuário Antropológico da Universidade Federal Fluminense**, pag. 25-51, 2009/2, 2010.

_____. Polícia, Justiça e Sociedade no Brasil: Uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. **Revista de Sociologia e Política da Universidade Federal Fluminense**, Rio de Janeiro, nº 13, 23-28 nov. 1999.

_____. Cultura Jurídica e Práticas Policiais: A Tradição Inquisitorial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: Vol. 04, nº 10, 1989.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, supl. p. 1259-1267, 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-1232006000500015>. Acesso em: 24 Fev. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. (Orgs.) **Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Seis características das mortes violentas no Brasil. **Revista brasileira de estudos da população**. Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p.135-140, Junho 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982009000100010>. Acesso em: 24 Fev. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 35-42, Jan. 1998 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1998000100011>. Acesso em: 12 Mar. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; CONSTANTINO, Patrícia. Visão ecossistêmica do homicídio. **Ciênc. saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 12, p. 3269-3278, Dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012001200012>. Acesso em: 12 Mar. 2019.

MINAYO, Maria Cecilia de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 237-248, Set. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000300002>. Acesso em: 12 Mar. 2019.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; OLIVEIRA, Marcella Beraldo de; PAES, Vivian Ferreira et al. Avaliação do Trabalho Policial nos Registros de Ocorrência e nos Inquéritos referentes à Homicídios Dolosos consumados em áreas de Delegacias Legais. Instituto de Segurança Pública. SESP/RJ. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Circulação Restrita: 2005.

MISSE, Michel; PAES, Vivian Ferreira. **O Programa Delegacia Legal no Rio de Janeiro: Avaliação de Uma Experiência Modernizadora na Polícia Civil Brasileira**. Rio de Janeiro, NECVU-IFCS-UFRJ, 2010.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". **Lua Nova**. São Paulo, n.79, p. 15-38, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452010000100003>. Acesso em: 24 Fev. 2019.

_____. Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.

MUSUMECI, Leonarda. *UPP: última chamada*. Visões e expectativas dos moradores de favelas ocupadas pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), 2017. Disponível em: <http://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2016/03/UPP-moradores-Relatório_3.pdf>

MUSUMECI, Leonarda et al. Ser policial de UPP: aproximações e resistências. *Boletim Segurança e Cidadania*, v. 14, p. 1-28, 2013.

MUNIZ, Jacqueline; CARUSO, Haydée; FREITAS, Felipe. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, São Paulo: n. 84/2, 2017. Disponível em: <<http://anpocs.com/index.php/universo/acervo/biblioteca/periodicos/bib/bib-84/11103-os-estudos-policiais-nas-ciencias-sociais-um-balancosobre-a-producao-brasileira-a-partir-dos-anos-2000/file>>

PAULILO, M.A.S.; BELLO, M.G.D. Jovens no contexto contemporâneo: vulnerabilidade, risco e violência. *Ser. Soc. Rev.*, v.4, n.2, 2002. Disponível em: <<http://www.ssrevista.uel.br/>>. Acesso em: 22 jan. 2010.

RAMOS, Silvia. Criminalidade, segurança pública e respostas brasileiras à violência. *Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes*, 2004.

SANTOS, Andreia Beatriz Silva dos; COELHO, Thereza Christina Bahia; ARAUJO, Edna Maria de. Identificação racial e a produção da informação em saúde. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 17, n. 45, p. 341-356, Junho de 2013.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832013000200008>. Acesso em: 12 Mar. 2019.

SOUZA, E.R. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.10, n.1, p.59-70, 2005.

SOUZA, E.R.; LIMA, M.L.C. The panorama of urban violence in Brazil and its capitals. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.11, n.2, p.363-73, 2006.

TAVARES, Ricardo et al. Homicídios e vulnerabilidade social. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2016, v. 21, n. 3, pp. 923-934. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015213.12362015>>. Acesso em: 12 Março 2019.

VOSGERAU, D.S.A.R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Rev. Diálogo Educacional*. v. 14, n. 41, 2014.

ZALUAR, A. Teleguiados e chefes: juventude e crime. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

_____ Retomar o debate logo. **Revista Eletron. Comun. Inf. Inov. Saúde**, Out-Dez. 357-363, 2018.

ZILLI, L. F. Caderno Temático de Referência: Investigação Criminal de Homicídios. Ministério de Justicia, Secretaria Nacional de Seguridad Pública. Brasília: 2014. Disponível em:

<http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/pop/investigacao_criminal_homicidios.pdf>.

ZILLI, L. F.; VARGAS, J. O trabalho da polícia investigativa face aos homicídios de jovens em Belo Horizonte. **Ciência & Saúde Coletiva**, 18, 3, 621-632, 2013.